



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 17 – nº 65 – dezembro 2006

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Povos em fuga: os/as deslocados/as

ÍNDICE

EDITORIAL	2
ITALIANO	3
Unhcr: meno rifugiati, ma aumentano gli sfollati.....	3
Legambiente: 135 milioni i profughi ambientali.....	5
Timor East: l'Acnur risponde alla catastrofe umanitaria.....	6
Iraq: stimato in 650mila vittime il prezzo della guerra.....	7
Afghanistan: aumenta il numero di sfollati interni in seguito agli scontri nel sud	8
Darfur: Amnesty, peggiorata situazione diritti umani.....	8
Darfur: perché la macchina umanitaria ha fallito	10
PORTUGUÊS	11
Acnur afirma que ainda há cerca de 200 mil deslocados no Líbano	11
Mudança climática pode causar 100 milhões de deslocados	11
Quase 900 mil pessoas emigram anualmente devido à desertificação.....	12
Angola empenhada em travar transmissão do vírus da poliomielite	12
Mais de 1 milhão de iraquianos deixaram suas casas desde 2003.....	13
Incêndio em cidade-palafita deixa 500 desabrigados no Amapá	14
CICV consegue elevar porções de água entre deslocados de Uganda.....	14
ENGLISH	15
Iraq-Syria: Three million uprooted Iraqis face "bleak future", UNHCR says.....	15
Afghanistan: millions face hunger as drought worsens, warns aid group	16
Uganda: 300,000 IDPs due home by year-end, refugee agency says	17
Ethiopia: flood toll rises amidst appeals for aid	17
Policy provides cushion for displaced persons.....	18
'Over 12,000 Tamils have fled to India'	19
ESPAÑOL	19
Asia: migración forzada.....	19
Miles de niños desplazados sobreviven en barrios marginales a las afueras de las grandes ciudades colombianas.....	24
Pueblos indígenas: esperanza de protección	25

El ACNUR proporciona asistencia para el retorno a 6.300 congolese desplazados.....	27
MSF: “La solución al problema de los desplazados está en manos del poder político”	28
Muro de objeciones contra represas.....	29
Sri Lanka: la playa no es sinónimo de descanso para las familias que escapan del conflicto	31

EDITORIAL

O dicionário de português define a palavra fuga “retirada em desordem e com precipitação de um local, em razão de opressão ou ameaça”. Partindo dessa definição, podemos inferir que o ato de fugir é caracterizado por uma *ação*: o deslocamento geográfico; uma *motivação*: o medo provocado por uma ameaça ou de alguma forma de violência em ato; uma *modalidade*: o deslocamento “desordenado” e “precipitado”.

Na atualidade, um número cada vez maior de pessoas se encaixa nesta definição. Trata-se de seres humanos que fogem de conflitos bélicos, de desastres naturais, de perseguições ou de outras formas de violação generalizada de direitos humanos. São indivíduos e povos que vislumbram na mobilidade geográfica a última alternativa para garantir a sobrevivência biológica. Qual a proteção que os Estados e a comunidade internacional garantem para esses seres humanos? Quais ações são realizadas em vista da assistência emergencial e, ao mesmo tempo, da superação das causas estruturais?

Antes de tudo, cabe salientar que entre os migrantes forçados existe a categoria dos “refugiados” propriamente ditos, ou seja, daqueles que se encaixam perfeitamente na definição da Convenção de Genebra (1951), definição formulada no contexto do pós-guerra e da guerra fria. Para os refugiados e refugiadas, a comunidade internacional tem elaborado vários instrumentos de proteção que garantem o acesso aos direitos fundamentais.

Esta resenha não tem como foco os refugiados e refugiadas, e sim aquelas outras categorias de migrantes forçados que, mesmo compartilhando dramas e situações análogas àquelas dos refugiados, não são reconhecidos como tais pela ONU por não se enquadrarem perfeitamente na definição da Convenção de Genebra. Esses migrantes forçados, em geral, são chamados, nas diversas línguas, com expressões como “deslocados” (português), “*sfollati*” (italiano), “*displaced persons*” (inglês) ou “*desplazados*” (espanhol). A IOM, em seu “Glossary on Migration”, define a expressão “*displacement*” como “*a forced removal of a person from his/her home or country, often due to of armed conflict or natural disasters*”, focando três elementos essenciais: trata-se de (1) um deslocamento geográfico (2) forçado (3) em decorrência de conflitos bélicos e/ou catástrofes naturais.

O documento do Vaticano “Os refugiados: um desafio à solidariedade”, já em 1993 chamava a atenção sobre a ausência de instrumentos internacionais de proteção para essas pessoas deslocadas. Entre elas, são citadas “as pessoas que são vítimas de conflitos armados (...) ou de desastres naturais”, ou seja, os assim chamados “refugiados *de facto*” (n. 4). Por que há uma tão grande disparidade de tratamento entre os refugiados “clássicos” e os “refugiados *de facto*”? Será que a comunidade internacional tem menos responsabilidades em relação aos segundos? Acreditamos que não. Citamos a seguir alguns exemplos.

No que diz respeito aos *conflitos bélicos*, há casos em que a própria comunidade internacional autorizou o uso da força (por exemplo, na guerra contra o Afeganistão, de 2002) e, nesse sentido, ela é diretamente responsável pelo deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas. Em outros conflitos, a comunidade internacional não é responsável enquanto tal, mas o são alguns de seus membros, como no caso da segunda guerra no Iraque (2004) travada por Inglaterra e EUA, sem a autorização da ONU ou da recente invasão do Líbano (2006), por parte de Israel. Nestes casos, não deveriam a comunidade internacional e os países (ir)responsáveis ressarcir as vítimas dos deslocamentos, as vítimas estranhas à guerra? Finalmente, há conflitos em que a responsabilidade

alheia é menos direta, mas, mesmo assim, evidente. Difícil pensar, por exemplo, que os inúmeros conflitos étnicos africanos não tenham raízes também – embora não exclusivamente – nos regimes coloniais ou nas dissimuladas interferências políticas e econômicas de países imperialistas.

Mais complexa, embora não menos grave, é a situação das pessoas que se deslocam por causa de *calamidades naturais*. A complexidade está na dificuldade em estabelecer uma ligação direta entre a emissão de dióxido de carbono – e outras formas de degradação ambiental – com determinadas calamidades naturais. Nestes casos, é sempre bom desconfiar das pesquisas que, habitualmente, confirmam os interesses de quem as encomenda. Assim, os países que mais poluem rejeitam categoricamente qualquer responsabilidade com o aumento de desastres naturais. Já, numerosas lideranças carismáticas internacionais, ONGs e movimentos populares sustentam que a degradação ambiental está na origem da intensificação do aquecimento global, da desertificação, dos tsunamis, dos furacões etc. Nesta ótica, quem mais polui teria a responsabilidade de contribuir mais para a proteção das vítimas dos deslocamentos gerados por essas catástrofes, seja onde for que aconteçam.

Mais evidente é a responsabilidade ligada aos deslocamentos provocados pela construção de hidroelétricas ou outros mega-projetos. Aqui também estamos diante de deslocamentos forçados. Nestes casos, na origem das escolhas estão decisões políticas nacionais, mas também interesses econômicos internacionais. Não raramente, esses projetos são incentivados por empréstimos irresponsáveis de organismos ou instituições internacionais e maculados por corrupção e insensibilidade em relação aos direitos dos moradores das áreas atingidas. Sem falar dos problemas ecológicos anexados.

Enfim, nestas sucintas reflexões tentamos mostrar como, habitualmente, há uma responsabilidade direta ou indireta da comunidade internacional ou de alguns países específicos nos deslocamentos forçados. Isso, na nossa ótica, seria suficiente para obrigar os responsáveis a proteger e indenizar as vítimas dos conflitos ou das catástrofes naturais. Mesmo assim, comumente, oferece-se apenas uma mínima proteção humanitária temporária. Os próprios “campos de deslocados” – oficialmente constituídos para amparar as vítimas – às vezes, se tornam apenas espaços onde confinar pessoas indesejadas pela comunidade internacional. Em outras palavras, a preocupação está mais em se proteger dos deslocados que em protegê-los.

Esta resenha quer contribuir para o conhecimento de estatísticas e, sobretudo, dos dramas vivenciados por milhões de pessoas deslocadas em vários continentes e por diferentes razões. Almeja-se que a comunidade internacional saiba reconhecer, quanto antes, os direitos dessas pessoas, elaborando, ratificando e implementando instrumentos internacionais de proteção. Isso tudo, por uma questão de cidadania e fraternidade universal ou, mais simplesmente, por uma questão de responsabilidade. [TOP](#)

ITALIANO

Unhcr: meno rifugiati, ma aumentano gli sfollati

In base al rapporto statistico annuale pubblicato dall'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (Unhcr), alla fine del 2005 il numero dei rifugiati nel mondo ha toccato il livello più basso da 26 anni a questa parte, mentre la cifra complessiva delle persone sradicate di cui

l'Agenzia si occupa è cresciuta fino a raggiungere quasi le 21 milioni di unità. Tale aumento è dovuto principalmente all'ampliamento della responsabilità dell'Agenzia nei confronti degli sfollati - persone fuggite per le stesse ragioni dei

rifugiati, ma che si trovano ancora all'interno del proprio paese.

Il rapporto dell'Unhcr "2005 Global Refugee Trends" afferma che, nonostante la diminuzione del numero dei rifugiati - dai 9,5 milioni di fine 2004 agli 8,4 milioni dell'anno successivo - il numero complessivo delle persone di cui l'Agenzia si occupa è cresciuto di 1,3 milioni, passando da 19,5 milioni ai 20,8 milioni della fine del 2005. Tale incremento si spiega soprattutto con l'aumento del numero di persone che vivono in condizioni simili a quelle dei rifugiati, all'interno del proprio paese. Attualmente l'Unhcr si occupa di 6,6 milioni di sfollati in 16 paesi, mentre alla fine del 2004 erano 5,4 milioni in 13 paesi.

"Mentre ci avviciniamo alla Giornata Mondiale del Rifugiato, che sarà celebrata il prossimo 20 giugno, le buone notizie sono costituite dal fatto che il numero globale dei rifugiati è il più basso dal 1980, che lo scorso anno è stato registrato il numero più basso di persone fuggite dal proprio paese da 29 anni a questa parte e che dal 2002 oltre 6 milioni di rifugiati hanno potuto far ritorno nel proprio paese" - ha dichiarato l'Alto Commissario delle Nazioni Unite per i Rifugiati António Guterres. "Attraverso il rimpatrio volontario, l'integrazione locale nel paese di primo asilo o il reinsediamento in un paese terzo, siamo impegnati a cercare soluzioni durature per milioni di rifugiati in tutto il mondo" ha aggiunto l'Alto Commissario.

"Tuttavia, la cattiva notizia è che purtroppo la comunità internazionale ha ancora un lungo cammino davanti a sé prima di risolvere la drammatica condizione di milioni di persone sfollate all'interno del proprio paese, in luoghi come la regione sudanese del Darfur, l'Uganda e la Repubblica Democratica del Congo" ha proseguito Guterres. "L'Unhcr ha assistito centinaia di migliaia di sfollati a rientrare nelle proprie case in Liberia, nella Federazione Russa, nei Balcani e in altre regioni del mondo, ma altri milioni di sfollati vivono ancora come rifugiati all'interno dei confini del loro stesso paese. Essi hanno bisogno di un aiuto molto maggiore di quello che ricevono attualmente e l'Unhcr intende fare la sua parte".

L'Unhcr, l'Agenzia dell'Onu per i Rifugiati, ha cominciato la propria attività nel 1951 con il mandato di proteggere e perseguire soluzioni per i rifugiati - persone che hanno attraversato frontiere internazionali per fuggire da violenze e perse-

cuzioni nel proprio paese. Negli ultimi trent'anni l'Agenzia si è occupata anche dell'assistenza di specifiche popolazioni di sfollati ed oggi è chiamata a svolgere un ruolo sempre più attivo nell'assistenza agli sfollati di tutto il mondo, il cui numero è stimato tra i 20 e i 25 milioni. Gli sfollati - chiamati anche "rifugiati interni" - non rientrano nel dettato della Convenzione di Ginevra del 1951 sui rifugiati, poiché non hanno lasciato il proprio paese, ma devono spesso affrontare gli stessi problemi dei rifugiati. Lo scorso anno, le Nazioni Unite hanno rafforzato il loro sforzo di collaborazione al fine di occuparsi della situazione di un numero maggiore di sfollati, assegnando specifici compiti settoriali a varie agenzie dell'Onu. All'Unhcr è stato assegnato un ruolo guida nei settori della protezione, della gestione dei campi e degli alloggi d'emergenza.

I 6,6 milioni di sfollati costituiscono il 32 per cento del totale delle persone di cui al momento l'Unhcr si occupa - 20,8 milioni in tutto - mentre i rifugiati costituiscono il 40 per cento del totale. Il restante 28 per cento include i rifugiati e gli sfollati che sono rientrati nel proprio paese o nelle proprie aree d'origine e che hanno ancora bisogno di assistenza (1,6 milioni), i richiedenti asilo (773mila), gli apolidi - coloro cioè che nessuno stato riconosce come propri cittadini - (2,4 milioni) e altre categorie di migranti forzati come coloro che non hanno la possibilità di chiedere asilo pur avendo bisogno di protezione internazionale (960mila). Tra le persone "di competenza" dell'Unhcr non sono inclusi i 4,3 milioni di rifugiati palestinesi che si trovano in Libano, Siria, Giordania, Cisgiordania e nella striscia di Gaza, di cui invece si occupa l'Unrwa, l'Agenzia Onu per i rifugiati palestinesi del Vicino Oriente.

La grande maggioranza dei migranti forzati di tutto il mondo si trova ancora nei paesi in via di sviluppo. In base al rapporto dell'Unhcr, quasi la metà delle persone di cui l'Agenzia si occupa appartiene a cinque sole nazionalità: afghani (2,9 milioni), colombiani (2,5 milioni), iracheni (1,8 milioni), sudanesi (1,6 milioni) e somali (839mila). La Colombia, con oltre 2 milioni di sfollati al suo interno, è il paese che alla fine del 2005 ospitava la più numerosa popolazione di competenza dell'Unhcr, seguita da Iraq (1,6 milioni), Pakistan (1,1 milioni), Sudan (1 milione) e Afghanistan (912mila).

Il rapporto - compilato dalla Sezione Field Information and Coordination Support dell'Unhcr - afferma inoltre che nel 2005 il numero globale di rifugiati, coloro che hanno attraversato un confine internazionale, è diminuito per il quinto anno consecutivo. Dal 2001 alla fine del 2005, il numero dei rifugiati è sceso del 31 per cento, passando da 12,1 milioni a 8,4 milioni. Nel 2005, tale diminuzione è stata registrata in tutte le cinque macroregioni prese in esame nel rapporto statistico, con punte del 19 per cento in Africa Occidentale e nella regione chiamata Caswaname, che comprende Asia Centrale, Asia Sud-Occidentale, Africa Settentrionale e Medio Oriente. Nonostante in entrambe queste regioni si siano svolte massicce operazioni di rimpatrio, esse continuano ad ospitare i due terzi dei rifugiati di tutto il mondo. In Europa - continente che ospitava circa un quarto dei rifugiati del mondo - durante il 2005 il numero dei rifugiati è diminuito del 15 per cento. Nella regione Asia-Pacifico si trova il 10 per cento dei rifugiati di tutto il mondo e nelle Americhe il 7 per cento.

Nonostante l'Afghanistan si confermi il paese d'origine del maggior numero di rifugiati - 1,9 milioni in 72 paesi d'asilo - durante lo scorso anno il numero complessivo dei rifugiati afgani è diminuito del 21 per cento, a seguito del programma di rimpatrio tuttora in corso, grazie al quale dal 2002 4,6 milioni di persone hanno potuto far ritorno nel paese. Le operazioni di rimpatrio dell'Unhcr hanno inoltre dato luogo alla riduzione del numero dei

rifugiati burundesi (-10%) e liberiani (-31%). Degli 1,1 milioni di rifugiati che lo scorso anno sono rientrati nel proprio paese, 752mila sono ritornati in Afghanistan, 70mila in Liberia, 68mila in Burundi, 56mila in Iraq e 54mila in Angola. In tutto, sono state 15 le operazioni di rimpatrio dell'Unhcr che nel 2005 hanno interessato almeno mille rifugiati.

Nel 2005 gli esodi di massa in paesi limitrofi di nuovi rifugiati - i cosiddetti rifugiati prima facie - hanno toccato il livello minimo dal 1976. In 19 paesi d'asilo è stato infatti registrato l'arrivo di 136mila rifugiati prima facie, il 46 per cento in meno rispetto all'anno precedente. Sei i paesi dai quali lo scorso anno sono fuggiti almeno 10mila rifugiati prima facie: Togo (39mila), Sudan (35mila), Repubblica Democratica del Congo (16mila), Somalia (14mila), Repubblica Centrafricana (12 mila) e Iraq (11mila).

Nel 2005, il numero di persone che ha chiesto asilo o un appello per decisioni su domande d'asilo è stato di 668mila in 149 paesi, il 2 per cento in meno rispetto al 2004, quando in tutto il mondo furono presentate 680mila domande d'asilo. La maggior parte delle domande dello scorso anno è stata presentata in Europa (374mila), seguita da Africa (125mila), Asia-Pacifico (75mila) e Americhe (72mila). [TOP](#)

Fonte: <http://unimondo.oneworld.net/article/view/134715/1/> - 12.06.06

Legambiente: 135 milioni i profughi ambientali

Sono 135 milioni le persone che rischiano l'esodo forzato dai luoghi in cui abitano per cause ambientali di Redazione (redazione@vita.it)

Sono 135 milioni le persone che rischiano l'esodo forzato dai luoghi in cui abitano per cause ambientali e 3,4 miliardi, circa la metà della popolazione mondiale, quelli che abitano zone esposte ad almeno un rischio ambientale dall'impatto rilevante, tra siccità, inondazioni, frane, cicloni, eruzioni vulcaniche, terremoti. E la situazione è destinata a peggiorare, visto che i continenti perdono ogni cinque anni 24 miliardi di tonnellate di superficie fertile, e che 50mila grandi dighe, che forniscono il 20% dell'elettricità globale e il 10% della produzione mondiale di cibo e di fibre, bloccano il 60% dei grandi sistemi fluviali nel mondo.

È sulla desertificazione e le conseguenze sociali ed economiche dei cambiamenti climatici, che Legambiente rilancia l'allarme in occasione della Settimana mondiale dell'acqua di Stoccolma. "La desertificazione - ha dichiarato Maurizio Gubbioni responsabile Dipartimento Internazionale di Legambiente - è una delle più gravi e pervasive forme di degrado ambientale e coinvolge un numero eccezionalmente elevato di persone. Le comunità povere sono spesso insediate in zone ecologicamente fragili e non avendo mezzi per gestire adeguatamente le risorse provocano a loro volta la degradazione generale dell'ambiente. È un circolo vizioso: la povertà favorisce il degrado,

il degrado produce poverta'. La lotta contro la desertificazione - ha concluso Gubbiotti - rappresenta un obiettivo di primaria importanza, non solo per la tutela dell'ambiente ma anche per le implicazioni economiche e sociali".

Secondo le Nazioni Unite la desertificazione e' l'emergenza ambientale piu' grave degli ultimi decenni. Le regioni aride e semi-aride del pianeta rappresentano quasi il 40% della superficie terrestre e ospitano circa 2 miliardi di persone. Le perdite economiche globali dovute alla desertificazione ammontano a circa 42 miliardi di dollari annui. Secondo l'UNEP, a causa dell'espansione dei deserti, in Africa sono sfollate piu' di 10 milioni di persone negli ultimi 20 anni. La poverta' impedisce a queste popolazioni di dotarsi di strumenti tali da poter migliorare lo sfruttamento del terreno e indebolisce la loro resistenza sociale ed ecologica, tanto piu' che non hanno la capacita' o la possibilita' di investire nella gestione delle risorse naturali, sono quindi costrette a muoversi per cercare ambienti piu' ospitali. Fenomeno destinato ad aggravarsi, a causa dell'intensificarsi dei fenomeni meteorologici estremi, conseguenza delle pressioni sull'ambiente.

Tanto piu' grave, risulta in questo contesto la costruzione di 49.697 grandi dighe (quelle alte almeno 15 metri) nel mondo che, per ottenere il 20% dell'elettricitá globale e il 10% della produzione mondiale di cibo e fibre, bloccano il 60% dei grandi sistemi fluviali nel mondo, con costi sociali e ambientali devastanti. La costruzione di nuove dighe ha costretto all'esodo forzato tra i 40 e gli 80 milioni di persone, di cui 35milioni solo in India. Praticamente una nazione piu' vasta dell'Italia e' stata evacuata e distrutta. Secondo la Commissione mondiale sulle dighe l'impatto sociale ed economico piu' grave si e' verificato a danno delle comunita' piu' povere e dei settori piu' vulnerabili: il 70% degli sfollati appartiene a popolazioni indigene, per lo piu' a comunita' contadine e minoranze etniche. In genere chi e' costretto all'esodo forzato viene trasferito in aree con suoli poveri, lontano dalle acque e dalle risorse dei fiumi, e deve pagare gli alti costi delle pompe per l'irrigazione (come nei casi dello Zambesi e del Nilo). [TOP](#)

Fonte:

<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=71283&H=sfollati> - 25.08.06

Timor East: l'Acnur risponde alla catastrofe umanitaria

Decine di migliaia di sfollati saranno assistiti dall'Alto Commissariato Onu per i rifugiati di Joshua Massarenti (j.massarenti@vita.it)

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) ha annunciato oggi l'invio di un team di operatori esperti in emergenze e di aiuti di prima necessitá per assistere le decine di migliaia di persone sfollate a causa della violenza in corso a Timor Est.

"Il sostegno della comunitá internazionale e delle Nazioni Unite affinché Timor Est diventasse uno stato indipendente è stato di estrema importanza" ha dichiarato l'Alto Commissario delle Nazioni Unite per i Rifugiati António Guterres. "Pertanto, quando assistiamo ad un momento di difficoltá in cui gli abitanti di Timor Est devono affrontare insicurezza ed abbandonare le proprie case, è importante che la comunitá internazionale presti il proprio aiuto".

Il presidente di Timor Est Xanana Gusmao e il Rappresentante Speciale del Segretario Generale delle Nazioni Unite nel paese hanno entrambi

richiesto l'intervento dell'UNHCR nel contribuire a far fronte alla drammatica condizione degli sfollati.

Nell'ambito di una risposta graduale alla crisi e come parte di uno sforzo congiunto delle Nazioni Unite, l'UNHCR dispiegherà inizialmente un team di esperti in emergenze e allestirà un ponte aereo, attraverso il quale saranno trasportati aiuti come tende, teli di plastica e altri beni non alimentari - provenienti dai depositi dell'Agenzia in Medio Oriente - per assistere fino a 30mila persone. Anche altre agenzie umanitarie stanno inviando aiuti per gli sfollati.

Un team di valutazione dell'UNHCR è giunto ieri nella capitale est-timorese Dili. Gli operatori hanno riferito che le necessitá piú urgenti dei circa 65mila sfollati della città - oltre alla questione della sicurezza - sono relative a cibo, acqua potabile e alloggi. Altre 35mila persone sarebbero fuggite fuori città in cerca di sicurezza.

Per il finanziamento iniziale del ponte aereo, dell'acquisto degli aiuti non alimentari e per il dispiegamento del team d'emergenza - costi calcolati in circa 3,7 milioni di dollari - l'UNHCR ricorrerà al proprio fondo di riserva. Tale fondo tuttavia dovrà essere rapidamente ricostituito e potrebbero essere necessari nuovi finanziamenti, in base agli sviluppi della situazione.

L'Agenzia è impegnata nell'organizzazione dei dettagli del ponte aereo, che inizialmente trasporterà tende d'emergenza leggere per famiglie, teli di plastica per alloggi temporanei e taniche per l'acqua, e successivamente coperte, e set di utensili da cucina. È in programma per il prossimo fine settimana il dispiegamento di un team di esperti in emergenze, di cui fanno parte esperti in pianificazione di campi, in logistica, funzionari per la protezione e personale di coordinamento.

Le autorità di Timor Est stanno individuando i siti nei quali allestire campi di accoglienza per gli sfollati. Si prevede che le persone che al momento si affollano in insediamenti sorti spontaneamente, si sposteranno all'interno dei campi una volta che questi saranno allestiti.

L'UNHCR è storicamente impegnato nella regione, avendo assistito nel rimpatrio più di 220mila rifugiati est-timoresi che erano fuggiti dalle violenze e dalle sollevazioni di massa seguite al referendum sull'indipendenza dall'Indonesia organizzato dalle Nazioni Unite nell'agosto 1999. L'Agenzia ha inoltre assistito 28mila persone che hanno preferito rimanere in Indonesia per mantenere la nazionalità indonesiana.

L'UNHCR ha concluso le proprie operazioni umanitarie a Timor Ovest nel dicembre 2005, dopo sei anni di attività nella regione. Attualmente l'Agenzia dispone di una limitata presenza a Timor Est.

L'Alto Commissario Guterres, nel suo precedente ruolo di Primo Ministro portoghese, è stato direttamente impegnato nei negoziati con il governo indonesiano riguardo l'indipendenza di Timor Est. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=68906&H=sfolati> – 31.05.2006

Iraq: stimato in 650mila vittime il prezzo della guerra

Il conflitto iniziato nel marzo 2003 è già costato la vita ad almeno 650mila persone, una perdita del due per cento della popolazione irachena. E' la stima fatta da un team della Johns Hopkins University e pubblicata dalla rivista scientifica britannica The Lancet. "Contro i numeri della John Hopkins si è scagliato il presidente Bush, secondo il quale le morti civili non sarebbero più di 30 mila, morto più, morto meno" - segnala Federica De Carlo in un su l'Unità online. "L'istituto americano si difende dicendo che alla base della statistica, ci sono le interviste fatte a un migliaio di iracheni, ai quali è stato chiesto quanti parenti, amici o conoscenti avessero perso per la guerra. È un metodo riconosciuto a livello internazionale e poi tutte le statistiche si basano su un gruppo di soggetti presi a campione". Le cifre diffuse da Washington si allineano a quelle del sito iraqbodycount.org, un sito puntuale negli aggiornamenti, che stima le perdite civili fra i 44 mila e 50 mila.

E mentre le ultime cronache parlano di 754 mila iracheni sfollati, il governo di Baghdad ha dato l'ordine alle autorità sanitarie del paese di non

fornire più all'Onu i dati sulle perdite umane, così da non dare altro rilievo ai costi della guerra per i civili. Nei giorni scorsi l'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) ha rinnovato la preoccupazione per il aumento della popolazione in fuga dall'Iraq, sia all'interno sia all'esterno del paese, a causa della violenza e del deteriorarsi delle condizioni di sicurezza: secondo l'Agenzia dall'inizio del conflitto 754mila iracheni sono diventati sfollati interni e ogni mese circa 40mila iracheni continuano ad arrivare nella sola Siria. E se lo scorso anno più di 50mila iracheni hanno fatto ritorno nel proprio paese dai paesi vicini, quest'anno i rimpatri sarebbero stati solo circa mille, mentre sono molti di più coloro che partono.

L'UNHCR ribadisce inoltre la propria preoccupazione riguardo alle "numerose minacce subite da migliaia di rifugiati palestinesi in Iraq - a Baghdad e lungo i confini con Siria e Giordania". L'agenzia esprime "grave preoccupazione" per le condizioni dei rifugiati palestinesi che si trovano in Iraq e per la difficoltà nel fornire loro adeguata protezione. "È responsabilità del governo iracheno

e delle forze di coalizione garantire protezione, in particolar modo a quei rifugiati in Iraq che non hanno possibilità di ottenerla in altri paesi" - afferma l'Agenzia. Nei giorni scorsi l'Unchr aveva denunciato la carenza di fondi: "al budget richiesto dall'Unhcr per le operazioni in Iraq per il 2006 - pari a 29 milioni di dollari - mancano ancora di 9 milioni di dollari mentre nuovi gruppi vulnerabili hanno urgente bisogno di assistenza".

L'intervento militare in Iraq ha anche un costo in termini economici. Gli Stati Uniti hanno già speso 336 miliardi di dollari che ne fanno uno dei conflitti più dispendiosi della storia dal punto di vista economico. Ma vi è un costo economico anche per l'Iraq che sarebbe pari "ad un taglio di almeno il 40 per cento del reddito nazionale iracheno", ha

affermato di recente Colin Rowat, specialista di economia irachena all'Università di Birmingham in Gran Bretagna. Lo studioso si è affidato principalmente ai dati del Fondo Monetario Internazionale (Fmi) per fare una stima dell'effetto complessivo della guerra sull'economia irachena. "Se non ci fosse stata la guerra - egli stima - l'economia dell'Iraq nel 2005 potrebbe essere stata pari a 61 miliardi di dollari (al valore monetario attuale), in confronto con i 37 miliardi di dollari effettivi. Ciò equivale a un taglio del 40 per cento del prodotto interno lordo pro capite - una perdita media, nel 2005, di circa 900 dollari per ogni iracheno". [GB] [TOP](#)

Fonte: <http://unimondo.oneworld.net/article/view/141497/1> - 25.10.06

Afghanistan: aumenta il numero di sfollati interni in seguito agli scontri nel sud

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) esprime preoccupazione per il sensibile aumento del numero di sfollati interni nell'Afghanistan meridionale a causa dei recenti scontri fra forze governative, NATO e forze antigovernative. Le stime indicano che dal mese di luglio 15mila famiglie sono state costrette ad abbandonare le loro abitazioni nelle province meridionali di Kandahar, Uruzgan e Helmand. Queste nuove migrazioni forzate interne comportano ulteriori difficoltà per una popolazione che già ospita 116.400 persone precedentemente costrette a spostarsi, a causa del conflitto e della siccità.

Il governo afgano ha istituito a Kandahar un Comitato per la gestione dei disastri, che ha il compito di coordinare le attività di assistenza. Il Comitato sta lavorando in collaborazione con le Nazioni Unite, dirette dall'UNAMA, la Missione di Assistenza delle Nazioni Unite in Afghanistan. A Panjwai e Zhare Dasht, nella provincia di Kandahar, l'UNHCR e il Fondo ONU per l'Infanzia (UNICEF) hanno distribuito a circa 3.200 famiglie

aiuti non alimentari, come teli di plastica, coperte e abiti pesanti per bambini. Il Programma Alimentare Mondiale (WFP) si sta invece occupando della distribuzione degli aiuti alimentari. Il governo sta attualmente valutando le esigenze degli sfollati nelle province meridionali e l'UNHCR è pronto ad intervenire per prestare soccorso alla popolazione sfollata non appena ne saranno state verificate le necessità.

Si prevede che, fino a quando le condizioni di sicurezza non saranno state ristabilite e la popolazione non potrà far ritorno negli insediamenti d'origine, potranno verificarsi ulteriori migrazioni forzate interne. Alcune famiglie di sfollati hanno riferito di essere rientrate, durante il giorno, nelle aree di Panjwai e Zhare Dasht, ma di essere ritornate la sera nella città di Kandahar perché giudicavano troppo pericoloso trascorrervi la notte. L'UNHCR non dispone di informazioni su spostamenti di popolazione verso altri distretti. [TOP](#)

Fonte: http://www.unhcr.it/index.php?option=com_content&task=view&id=667&Itemid=225 - 03.10.06

Darfur: Amnesty, peggiorata situazione diritti umani

Per questo Amnesty International rivolge un appello al Consiglio di sicurezza dell'Onu e all'Unione africana

di Redazione (redazione@vita.it)

Nonostante la firma, cinque mesi fa, dell'Accordo di pace per il Darfur (Dpa), Amnesty International denuncia in un nuovo rapporto l'intensificarsi dei combattimenti, l'aumento degli sfollati e un clima di maggiore incertezza. Constatato che, finora, la Missione dell'Unione africana in Sudan (Amis) non è stata in grado di proteggere la popolazione civile, l'organizzazione per i diritti umani sollecita ancora una volta il governo sudanese a consentire la presenza, senza ulteriore ritardo, di una forza di pace dell'Onu col mandato di tutelare i civili del Darfur.

Il governo del Sudan ha recentemente lanciato la più imponente offensiva militare da oltre un anno nel Darfur settentrionale. Nella regione stanno avendo luogo bombardamenti su vasta scala. Questa offensiva è caratterizzata da gravi violazioni del diritto umanitario, tra cui attacchi indiscriminati e sproporzionati e attacchi diretti contro i civili. Spesso, come nel caso dell'incursione su al-Hassan del 29 luglio, vengono presi di mira ospedali e scuole. Nel bombardamento di Kusa Kuma, a nord-est di al-Fasher, avvenuto il 27 settembre, sono state uccise tre donne: Halima 'Issa Abaker e due sorelle, Maryam e Hawa Ishaq Omar.

Il rapporto di Amnesty International denuncia come in ampie zone del Darfur occidentale, i Janjawid (le milizie a cavallo filo-governative) abbiano ormai assunto il quasi completo controllo delle terre e le stiano occupando dopo averle rese disabitate a seguito delle massicce offensive del 2003 e del 2004. Gli sfollati vivono come prigionieri all'interno di campi, mentre all'esterno di questi le forze di sicurezza e i Janjawid continuano a rendersi responsabili di uccisioni, sequestri, espulsioni e stupri.

Il conflitto si sta allargando al Ciad orientale. Gli attacchi dei Janjawid contro la popolazione del Ciad, attraverso la frontiera del Darfur, iniziati alla fine del 2005, sono ancora in corso. Le comunità sotto attacco hanno stretto legami con i gruppi armati del Darfur che si oppongono al governo sudanese. Per porre fine alle aggressioni contro i civili e fermare l'ulteriore espansione del conflitto, è necessario interrompere gli attacchi oltreconfine.

Numerosi testimoni raggiunti da Amnesty International nel Ciad orientale hanno confermato che l'Amis non è stata in grado di proteggere in

modo efficace i civili. La forza dell'Unione africana è rimasta inerme di fronte agli attacchi dell'esercito sudanese e dei Janjawid e non ha indagato sulle violazioni del cessate il fuoco, come pure avrebbe dovuto fare. Questo continuo fallimento, che va avanti da un anno, ha compromesso la reputazione dell'Amis agli occhi della popolazione del Darfur, che guarda ora all'Onu come alla forza che potrà darle quella protezione di cui ha disperatamente bisogno.

Secondo un testimone, 'le forze dell'Unione africana non sono presenti nel campo profughi, ma spesso le vedi bighellonare in città'. Quando si fanno vedere, i Janjawid non osano attaccarci. Ma all'Unione africana non interessano i profughi. Non fanno nulla quando protestiamo. Quando una ragazza viene violentata nelle vicinanze del campo, l'unica cosa che fanno è riportarla indietro. Mica fanno un'inchiesta...'

La popolazione del Darfur ha sofferto pene inenarrabili nel corso del conflitto. Amnesty International chiede ai membri del Consiglio di sicurezza e all'Unione africana di ottenere l'assenso del Sudan alla presenza di una forza di pace dell'Onu e di accrescere la capacità dell'Amis di proteggere i civili fino a quando i peacekeeper dell'Onu non verranno dispiegati nella regione.

Amnesty International chiede al governo del Sudan di:

- consentire la presenza della forza di pace dell'Onu, prevista dalla Risoluzione 1706 del Consiglio di sicurezza;
- permettere all'Amis di continuare a operare nel Darfur fino a quando i peacekeeper dell'Onu non verranno dispiegati;
- porre fine a tutte le violazioni dei diritti umani e del diritto umanitario nel corso dell'attuale offensiva militare.

Amnesty International chiede ai gruppi armati riuniti nel Fronte nazionale di redenzione di prendere tutte le misure necessarie per non violare il diritto umanitario e per non spingersi nei luoghi in cui si trova la popolazione civile del Darfur.

Amnesty International rivolge un appello al Consiglio di sicurezza dell'Onu e all'Unione africana per:

- sviluppare una posizione comune per ottenere l'assenso del Sudan al dispiegamento della forza di pace dell'Onu;
- rafforzare l'Amis affinché sia in grado di svolgere il proprio mandato sulla protezione dei civili fino a

quando una missione dell'Onu non abbia preso il suo posto. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=72217&H=sfolati> – 05.10.06

Darfur: perché la macchina umanitaria ha fallito

Marc Lavergne, inviato Onu incaricato da Kofi Annan di monitorare la situazione in questa regione insanguinata del Sudan, anticipa a Vita le conclusioni della sua missione.

Di Joshua Massarenti (j.massarenti@vita.it)

Cambiano gli scenari, ma non la sostanza. Dopo la Bosnia e il Rwanda, ecco la volta del Darfur, l'ultimo, ennesimo fallimento della comunità internazionale. Nonostante la presenza di circa 14mila operatori umanitari (un record) e di oltre 7mila soldati dell'Unione africana (una prima assoluta), le popolazioni civili di questa martoriata regione del Sudan occidentale continuano a rimanere schiacciati negli scontri che oppongono il regime del presidente Omar el Beshir a una confusa pletora di movimenti ribelli.

Dall'aprile 2003, il conflitto del Darfur ha fatto 300mila morti e oltre 2,5 milioni di sfollati (ai quali si sommano 200mila rifugiati nel vicino Ciad). Testimone eccellente di questa clamorosa "impotenza" è Marc Lavergne, giovane ricercatore del Cnr francese e profondo conoscitore della realtà geopolitica e sociologica sudanese, a cui il segretario generale delle Nazioni Unite, Kofi Annan ha affidato il compito di coordinare un gruppo di esperti incaricato di stilare sotto l'egida del Comitato delle sanzioni Onu sul Sudan la lista delle persone responsabili di aver violato i diritti umani e l'embargo sulle armi. «E di violazioni ve ne sono in continuazione», sostiene Lavergne.

Per porvi fine, il Consiglio di sicurezza dell'Onu ha votato, il 31 agosto scorso, una risoluzione che, malgrado la contrarietà di Cina e Russia (alleati a Khartoum), prevede la sostituzione dei soldati africani con 17mila caschi blu. Basterà a fermare i massacri? «Sì e no», risponde Lavergne. «Molto dipenderà dal tipo di dispiegamento. Metà del Darfur è desertica e gli sfollati sono principalmente concentrati in città e nei campi profughi. Quindi basta difendere questi punti nevralgici per dissuadere il nemico dal colpire i civili e conquistare la loro fiducia».

Una fiducia ridotta ai minimi termini nei confronti della comunità internazionale di cui la macchina umanitaria costituisce l'avamposto. In attesa del 29 settembre, data in cui il Comitato delle sanzioni Onu renderà pubblici (e probabilmente solo in parte) i contenuti del rapporto appena stilato dal gruppo di esperti, Lavergne confida a Vita le vicissitudini di un mondo umanitario sull'orlo del baratro.

Vita: George Clooney chiede sanzioni per i responsabili dei massacri in Darfur. Sembra che l'appello sia rivolto proprio a lei, o sbaglio?

Marc Lavergne: No, perché non ci si chiede stilare una lista di pregiudicati da processare all'Aja. Il nostro lavoro consiste nell'identificare sul terreno una serie eventuale di violazioni, dimostrarle con i fatti e identificare i loro responsabili, da quelli diretti ai possibili mandanti. Sino ad ora, il Comitato delle sanzioni ha ritenuto quattro nomi proposti dal precedente gruppo di esperti. Domani vedremo.

Vita: Dal suo osservatorio, che situazione ha visto in Darfur?

Lavergne: La situazione continua a peggiorare. I villaggi sono ancora bruciati e le donne vengono violentate non appena escono dai campi profughi. All'interno dei campi abbiamo invece a che fare con una forte espansione della criminalità, in parte dovuta al fatto che molte donne producono e vendono alcool per sopravvivere.

Vita: La produzione di alcool in un'area musulmana non è molto ricorrente...

Lavergne: è una tradizione assai diffusa in Darfur. E poi le donne lo producono su richiesta dei soldati che, assieme ai banditi, ne sono i più grandi consumatori. Purtroppo le conseguenze

sono sempre le stesse: ubriachi che depremano e uccidono civili. Del resto, il fenomeno non preoccupa più di tanto le autorità locali. Al contrario, c'è chi è ben felice di vedere le proprie truppe ubriacarsi per dimenticare i propri disagi quotidiani. Vivere in Darfur, mi creda, è molto duro, anche per chi comanda.

Vita: Intanto però ci sono due milioni di sfollati...

Lavergne: Siamo al cuore del problema. Per via dell'insicurezza, da luogo transitorio i campi profughi sono diventati fisse dimore. Tra gli sfollati, ci sono molti giovani che si sentono come leoni in gabbia, pronti a esplodere la loro rabbia in qualsiasi momento. Il problema è che circolano sempre più armi leggere... [TOP](#)

Fonte:
<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=71920&H=sfollati> – 20.09.06

PORTUGUÊS

Acnur afirma que ainda há cerca de 200 mil deslocados no Líbano

Beirute, (EFE).- O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) afirmou hoje que há cerca de 200.000 pessoas deslocadas no Líbano, quase três meses depois do fim dos combates entre Israel e as milícias do grupo xiita libanês Hisbolá.

"Não temos o número exato de deslocados internos, já que não há um registro formal, mas podemos estimar seu número entre 150.000 e 200.000", disse Stéphane Jaquemet, representante do Acnur no Líbano, à agência de informação "Irin", subordinada à ONU.

O responsável acrescentou que a maior parte destes deslocados está em casas de parentes e amigos, e não em centros públicos, o que dificulta saber o número exato. "Devemos levar em conta que a ONU considera deslocado interno qualquer pessoa que não possa voltar para casa, incluindo

os que estão com parentes ou amigos perto de seu local de residência", disse Jaquemet.

O maior problema dos deslocados é que a maioria perdeu sua fonte de renda, em particular os produtores agrícolas do sul do país, em cujos campos há dezenas de projéteis não detonados, acrescentou. As áreas no sul do Líbano, as mais próximas à fronteira israelense, foram as mais atingidas pela guerra e, por isso, é onde se concentram os esforços de ajuda e reconstrução, acrescentou.

Durante os 34 dias de conflito entre Israel e as milícias do Hisbolá, os ataques israelenses por terra, mar e ar deixaram 1.183 mortos, na maioria civis e segundo números da ONU, e quase 1 milhão de deslocados. [TOP](#)

Fonte:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/11/01/ult1808u78195.jhtm> - 01.11.06

Mudança climática pode causar 100 milhões de deslocados

Madri, (EFE).- O mundo enfrenta uma crise sem precedentes devido à mudança climática, cujos efeitos devastadores podem causar 100 milhões de deslocados na Ásia, disse hoje, em Madri, o ex-presidente da Costa Rica José María Figueres.

"Nunca antes enfrentamos uma crise como a que temos" agora, disse Figueres em uma conferência no II Fórum Internacional de Comunicação, que desta vez se concentrou nos riscos e oportunidades de se comunicar na sociedade global.

Figueres comentou a mudança climática ocasionada pela emissão na atmosfera de 70 milhões de toneladas de CO2 a cada 24 horas, e disse que é preciso fazer algo quanto a isso. Segundo ele, a mudança climática já está acontecendo, depois que, nos últimos 14 anos, foram registrados os 10 anos mais quentes da história da humanidade.

A explosão da população mundial, que supera os 6,4 bilhões de pessoas, e a revolução científica e tecnológica estão no centro desta situação, com

EUA, Rússia, UE e Japão como os mais poluentes por habitante, disse.

Neste contexto, o ex-presidente costarriquenho advertiu que a China pode superar os EUA quanto à poluição por habitante nos próximos 10 anos.

Figueres, que foi diretor do Fórum Econômico Mundial (2000-2003), ocupa atualmente o cargo de diretor delegado do Grupo Felipe IV, cujo objetivo é apoiar organizações que "promovam valores democráticos e desenvolvimento".

Em sua apresentação, Figueres disse que 53% da tundra ártica desaparecerá, haverá tempestades devastadoras - especialmente na Ásia - e uma

"crise em massa de extinção" de espécies. Manifestou também que, diante dessa situação, "há uma janela de oportunidades" para mudar a tendência nos próximos anos.

Sobre o Protocolo de Kioto - sobre a redução de emissões de CO₂ -, disse que "estamos maduros para uma segunda geração" ou edição de Kioto, que permita a entrada dos EUA e de outros países que não assinaram o acordo. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/10/25/ult1809u9635.jhtm> - 25.10.06

Quase 900 mil pessoas emigram anualmente devido à desertificação

Cerca de 900 mil pessoas são obrigadas a emigrar a cada ano por causa dos processos de desertificação, afirmou hoje o responsável da Convenção da ONU para a Luta contra a Desertificação, Arbar Diallo.

Diallo, que participou hoje da abertura do 2º simpósio Internacional sobre Desertificação e Migração, na cidade espanhola de Almería (sudeste), afirmou que o avanço dos processos de erosão do solo está "estritamente relacionado" com o fato de "cada vez mais e mais pessoas" decidirem abandonar seus países de origem.

Este fenômeno - um dos "problemas mais importantes" que a comunidade internacional enfrentará em um futuro próximo-- será analisado durante o simpósio, no qual mais de uma centena de especialistas abordarão de um ponto de vista crítico os mecanismos de controle da erosão do solo e as medidas para evitar o deslocamento populacional.

Diallo insistiu que a emigração deve ser considerada pelo Ocidente como um fenômeno global que

requer soluções conjuntas dos países desenvolvidos, com a elaboração de políticas eficazes de cooperação para o desenvolvimento, além da aceitação da idéia de que quando uma pessoa decide emigrar é obrigada pelas circunstâncias.

Indicou também que, embora um terço dos países desenvolvidos tenham implementado políticas restritivas à livre entrada de imigrantes, tal medida "nunca" conseguirá frear os fluxos migratórios crescentes.

Segundo Diallo, estes fluxos estão concentrados fundamentalmente na bacia mediterrânea e na fronteira entre México e Estados Unidos e requerem a elaboração conjunta de programas contra a degradação da biodiversidade da terra.

"A ação de um só país --na opinião de Diallo-- nada pode fazer contra a pobreza que nasce da desertificação dos países africanos, asiáticos e sul-americanos." [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15432.shtml> - 26.10.06

Angola empenhada em travar transmissão do vírus da poliomielite

Genebra - Angola está empenhada em interromper a transmissão do vírus da poliomielite, declarou em Genebra o vice-ministro angolano da Saúde, José Van-Dúnem, perante o Comitê de

Aconselhamento da OMS sobre a erradicação da poliomielite.

Abordando a situação de Angola no fórum, quinta-feira última, José Van-Dúnem afirmou que o governo de Angola pretende "sincronizar" a sua

estratégia de combate à poliomielite com os países vizinhos.

O responsável disse haver uma elevada probabilidade de cobertura do território no tratamento da doença devido à paz, mas referiu que foram detectados alguns casos de "introdução por importação" do vírus selvagem da poliomielite.

Embora venha a permitir a cobertura do território nacional, o fim do conflito armado provocou também uma dispersão da população, regresso dos deslocados internos e dos países vizinhos para as áreas de origem, dificultando a cobertura sanitária, considerou José Van-Dúnem.

Em resposta à situação criada, o Governo angolano lançou em 2005 quatro campanhas de vacinação contra o vírus da poliomielite, tendo atingido uma cobertura acima dos 100 por cento de crianças vacinadas.

No ano em curso, além das três campanhas já realizadas, está programada uma nova campanha para o próximo mês de Novembro.

José Van-Dúnem disse perante o comité da OMS que o Governo pretende intensificar a vigilância e a aplicação de vacinas preventivas. Destacou o envolvimento político, ao mais alto nível, no combate ao vírus e agradeceu a todos os parceiros e doadores que têm estado a ajudar os angolanos neste domínio.

A reunião do Comité de Aconselhamento da OMS para a Erradicação da Pólio, que teve lugar em Genebra, nos dias 11 e 12 de Outubro, contou com a presença dos seus 12 membros, de representantes dos quatro países com o vírus endémico (Afeganistão, Índia, Nigéria e Paquistão) e de Angola, como país reinfectado por importação da Índia. A interrupção da transmissão do vírus selvagem da poliomielite e uma eventual cessação da administração da vacina oral contra a poliomielite ocupou uma parte dos trabalhos deste comité da OMS. [TOP](#)

Fonte: <http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=480817> – 08.10.06

Mais de 1 milhão de iraquianos deixaram suas casas desde 2003

Dividido entre árabes sunitas e xiitas, o Iraque é alvo de uma onda de violência sectária que pode mudar a demografia do país

AP e EFE - BAGDÁ - Cerca de 890 mil iraquianos fugiram para a Jordânia, Irã e Síria e mais de outros 300 mil abandonaram suas casas para outras regiões do Iraque a fim de fugir da violência desde a queda de Saddam Hussein, em 2003. Mas a tendência se intensificou dramaticamente nos últimos seis meses de confrontos entre xiitas e sunitas, informou o ministro da Imigração, Abdul-Samad Sultan.

Os confrontos têm solidificado a divisão sectária do país de cerca de 30 milhões de habitantes. Os que se mudaram para outras partes do Iraque procuraram comunidades onde sua seita islâmica - xiita ou sunita - é majoritária, acrescentou.

"Esperávamos que a situação nos ajudaria depois da queda de Saddam. Mas, infelizmente, os planos dos saddamistas e dos terroristas abalaram o novo Iraque", disse Sultan. "Este é o objetivo dos terroristas, criar bolsões xiitas e sunitas e mudar a demografia do Iraque".

De acordo com o ministro, conseguir o fim do deslocamento forçado das pessoas "depende do êxito do plano de reconciliação nacional" promovido pelo primeiro-ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, e que começou a ser aplicado há dois meses.

Sultan disse que os recursos destinados pelo Conselho de Ministros para ajudar as famílias que abandonaram suas casas chegam a US\$ 6 milhões, quantia que aumentará para US\$ 10 milhões.

O ministro disse que o número de deslocados inclui cerca de 1.000 cristãos e seguidores de religiões não islâmicas, que fugiram do sul e do centro do país para a cidade de Mossul, cerca de 400 quilômetros ao norte de Bagdá.

A violência sectária no Iraque, especialmente entre sunitas e xiitas, aumentou a partir de fevereiro, quando foi destruída a cúpula de um importante santuário xiita da cidade de Samarra, ao norte da capital.

Esse atentado, segundo as autoridades iraquianas, foi cometido por um grupo armado vinculado ao braço iraquiano da organização terrorista Al-Qaeda. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.estadao.com.br/ultimas/mundo/noticias/2006/out/10/212.htm> - 10.10.06

Incêndio em cidade-palafita deixa 500 desabrigados no Amapá

Alcinéa Cavalcante

MACAPÁ - Um incêndio de grandes proporções destruiu nesta segunda-feira 125 estabelecimentos comerciais e 90 residências em Laranjal do Jari, o terceiro maior município do estado do Amapá. Quase 500 pessoas estão desabrigadas. Para ajudar a debelar o fogo, cem bombeiros de Macapá foram deslocados para aquela cidade.

O Corpo de Bombeiros ainda não sabe a causa do incêndio, suspeita de que tenha sido a explosão de um botijão de gás. As famílias desabrigadas estão sendo levadas para escolas públicas. O governador Waldez Góes - que está no local - garantiu que elas receberão ajuda do governo para reconstruírem seus imóveis. Nesta terça-feira, o Corpo de Bombeiros dará início a uma campanha para arrecadar roupas e cobertores para os desabrigados.

Laranjal do Jari - que fica localizada no sul do Estado - é uma das cidades amapaenses mais castigadas com incêndios e enchentes. A cidade formou-se em 1973, com a implantação do Projeto Jari, cresceu em cima do rio e já foi considerada uma das maiores cidades-palafita do mundo.

A maioria das casas e lojas é feita de madeira, o espaço entre elas é mínimo. As casas são separadas umas das outras apenas por "passarelas", que são as pequenas pontes de madeira por onde os moradores circulam. Com tanta madeira assim e no forte verão do Amapá qualquer foco de incêndio se alastra rapidamente tomando grandes proporções. Até então, o maior incêndio ocorrido naquela cidade foi em 1996, quando mais 130 casas foram destruídas. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.estadao.com.br/ultimas/cidades/noticias/2006/out/02/364.htm> - 02.10.06

CICV consegue elevar porções de água entre deslocados de Uganda

Genebra, (EFE).- O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) informou hoje que conseguiu aumentar para oito litros a porção diária de água que cada pessoa que vive no acampamento de deslocados de Pabbo, o maior de Uganda, recebe.

Com mais de 50 mil pessoas, o campo de refugiados de Pabbo se encontra no distrito de Amura, no norte do país africano, onde o grupo rebelde Exército de Resistência do Senhor (LRA, sigla em inglês) matou dezenas de milhares e deixou 1,7 milhão de pessoas desabrigadas.

Em março de 2006, o CICV substituiu a bomba de água manual que havia no acampamento por uma elétrica e, após ter formado a população local para a manutenção dos poços, passará agora

este projeto à comunidade e às autoridades locais.

A organização internacional com sede em Genebra também trabalha na perfuração de 62 novos poços em 24 acampamentos para deslocados internos, situados nos distritos de Kitgum, Pader e Amuru, no norte do país.

Com esses projetos se abastece milhares de pessoas com água potável e se melhoram as condições de higiene, com o que, ao mesmo tempo, protege-se os residentes dos acampamentos de doenças que são transmitidas pela água.

O CICV trabalha ativamente em 64 acampamentos de deslocados, que abrigam cerca de 800 mil pessoas, dando atendimento médico, instruindo sobre práticas saudáveis, aumentando

o fornecimento de água, melhorando o saneamento e promovendo o respeito ao direito internacional humanitário. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/11/01/ult1807u32014.jhtm> - 27.10.06

ENGLISH

Iraq-Syria: Three million uprooted Iraqis face "bleak future", UNHCR says

More than three million Iraqis who have been forced to flee their homes to other areas of Iraq and to neighbouring countries are facing what the United Nations' refugee agency (UNHCR) describes as a "very bleak future" after the agency's budget for offices across the region was halved for the coming year.

Funds for the agency's Iraq programme have been drastically reduced for 2007 because of donors scaling back their contributions.

As Iraq makes up a significant proportion of UNHCR's work in the Middle East, the cut in funds for Iraq roughly halves a region-wide budget that is already "totally insufficient to provide tangible results", according to UNHCR.

"Iraq has seen the largest and most recent displacement of any UNHCR project in the world, yet even as more Iraqis are displaced and as their needs increase, the funds to help them are decreasing," said Andrew Harper, coordinator for the Iraq unit at UNHCR in Geneva. "This growing humanitarian crisis has simply gone under the radar screen of most donors."

Harper added that this reduction of funds had led to the suspension of a number of priority UNHCR projects. These include work to identify and aid the most vulnerable Iraqi refugees, including single mothers, the sick and the elderly.

UNHCR estimates that more than 1.5 million Iraqis are internally displaced in Iraq, including some 800,000 who fled their homes prior to 2003 and 750,000 who have fled since. A further 1.6 million Iraqis are refugees in neighbouring countries, the majority in Syria and Jordan.

Donations to UNHCR's Iraq programme from the United States, European Union nations, Japan and Australia have been in free fall since the start of the US-led occupation of Iraq, despite the ever-

increasing numbers of refugees fleeing the deadly violence there.

From a high of US \$150 million in 2003, the UNHCR budget for its Iraq programme fell to just \$29 million in 2006. One quarter of that budget is allocated to meeting the needs of Iraqi refugees in neighbouring countries Syria, Jordan, Turkey and Lebanon.

Syria hosts one of the largest Iraqi refugee communities in the region. Before the fall of former Iraqi president Saddam Hussein's government in April 2003, the number of Iraqis living in Syria was estimated to be 100,000. Local NGOs estimate the current Iraqi community in Syria to be 800,000.

A report released in May by UNHCR, the UN's children's agency (UNICEF) and the World Food Programme concluded that some 450,000 Iraqis in Syria "are facing aggravated difficulties" related to their "ambiguous legal status and unsustainable income". The population of Syria is nearly 19 million.

On 20 October, Ron Redmond, UNHCR chief spokesman, said some 40,000 Iraqis are now arriving in Syria each month. Among Iraqi refugees living in the capital, Damascus, there is a sense of desperation that a vital lifeline looks set to be cut.

"We do not have jobs because there are thousands of Iraqis in Syria and without this help we are going to have to beg for money in the streets," said Haj Jamal, a 62-year-old Iraqi refugee living in Damascus. "I urge in the name of all Iraqi refugees in Syria that the United Nations looks after this situation and remembers that without this support, thousands of newly poor people will be walking the streets of Syria next year," he added.

Laurens Jolles, UNHCR acting representative in Damascus, told IRIN that his office had requested

a 2006 budget of \$1.3 million but received only \$700,000. This means its budget for 2006 amounted to less than one dollar a year to spend on each Iraqi refugee in Syria, without taking into account the refugee agency's operating costs and its expenditure on non-Iraqi refugees.

The majority of Iraqi refugees in Syria live in the suburbs of Damascus, in deteriorating socio-economic conditions. They have access to public schools and health care but have to travel out of the country every six months to renew their visas and cannot hold work permits, resulting in high unemployment.

"When Iraqis first came here they brought resources and many were not in need of

assistance. Two years on, that situation has changed and many refugees are no longer able to look after themselves," said Jolles.

"The situation in Iraq is getting worse and there is no prospect of return. Without providing sufficient resources to help the host governments contain the refugee population there will be a secondary displacement of refugees to Europe. The time to do something is now."

UNHCR is now calling on donor countries to extend their funding of the Iraq programme to a budget of around \$25m for 2007. [TOP](#)

Fonte:

http://www.irinnews.org/report.asp?ReportID=56036&SelectRegion=Middle_East&SelectCountry=IRAQ-SYRIA – 22.10.06

Afghanistan: millions face hunger as drought worsens, warns aid group

Some 2.5 million drought-stricken Afghans across much of the country have lost their crops and are facing acute food shortages, international aid group Christian Aid warned on Wednesday in the capital, Kabul.

An assessment carried out by the aid group in 66 villages in the provinces of Badghis, Farah, Faryab, Herat and Ghor, mainly in the northwest, found that many people have lost 70 to 80 percent of their rain-fed crops following too little rain last winter and spring.

According to government figures, around 20,000 people have left their homes in order to survive, the UK based aid group has said.

"It is really vital now to realise the plight of these [drought-stricken] people as the winter is getting closer and snow could close roads to many of the remote parts of those provinces," said Sultan Maqsood Fazil, Christian Aid's advocacy officer in Afghanistan.

The drought is also acute in other parts of Afghanistan. Abdul Manan, 40, left his house in the Shamalzo district of the southern province of Zabul after his garden and wheat crops dried up and moved his family to Qalat, the provincial capital.

"I lost all I had there including 500 almond trees which are completely dried up. I also lost my wheat crops," the father-of-four maintained. "Even

finding drinking water was so difficult that people have been forced to leave their houses."

Manan is one of thousands of individuals who have left their houses in Zabul, a province that has been badly hit by consecutive years of drought. More than 2,500 families who live in various districts of Zabul have recently left their villages and now many of them are living in Qalat city, according to Akhtar Mohammad Afzal, head of the provincial Rural Rehabilitation and Development (RRD) office.

"Many people are still leaving their villages due to severe drought and water shortages and coming to Qalat or Kandahar city, [but] have not seen any assistance yet," Afzal asserted.

Another 6.5 million people are likely to suffer chronic food insecurity due to the lack of rainfall this year, Christian Aid said.

Local authorities in Helmand province had earlier appealed for urgent assistance for some 5,000 families who have been displaced by drought and recent fighting in the area. The combination of insecurity and drought is making it hard to get humanitarian aid to the area.

"It is relatively difficult for aid agencies and the government to get relief assistance into those [southern] areas where there is currently insurgency fighting. This will greatly increase displacement and slow down the process of

refugee repatriation from neighbouring countries in the long run," Fazil maintained. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.irinnews.org/report.asp?ReportID=55996&SelectRegion=Asia&SelectCountry=AFGHANISTAN> – 18.10.06

Uganda: 300,000 IDPs due home by year-end, refugee agency says

The United Nations refugee agency, UNHCR, said on Wednesday it expected another 300,000 internally displaced persons (IDPs) in northern Uganda to return to their villages by the end of 2006 if the calm that has prevailed in the region for much of this year continues.

"So far, 300,000 of the IDPs have returned home," Roberta Russo, spokeswoman for the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, said from Kampala, the Ugandan capital.

For the past two decades, northern Uganda has been ravaged by war between the government and a home-grown rebel movement, the Lord's Resistance Army (LRA). The movement has been accused of atrocities against civilians and causing about two million people to flee to sprawling and crowded settlements where the government offered them army protection.

Peace talks between the government and the LRA are continuing in the southern Sudanese city of Juba, and a truce signed between the parties in August has largely held in northern Uganda.

Meanwhile, the government is trying to bolster security in the country's northern villages as the IDPs return.

Police spokesman Patrick Onyango said up to 1,700 policemen had been deployed to the region, but that another 3,300 were needed to re-establish civil law and order as troops, deployed there against the rebels, leave.

Two-thirds of the IDPs who have returned have gone back to Lira District, where relative calm has prevailed for longer, Russo said.

She said the UNHCR was helping the government to rehabilitate police hardware, such as radio sets, and providing newly deployed police officers with bicycles and motorcycles to ease their transport problems. So far, she said, the agency had distributed 40 motorcycles and 1,000 bicycles that have been shared between Lira and Gulu District. Police are also undergoing human-rights training. [TOP](#)

Fonte:
http://www.irinnews.org/report.asp?ReportID=56056&SelectRegion=East_Africa&SelectCountry=UGANDA – 25.10.06

Ethiopia: flood toll rises amidst appeals for aid

The death toll following flash floods in southeastern Ethiopia has risen to 67 with thousands more displaced, humanitarian officials have announced, adding that emergency aid is being flown to the affected areas.

"We have started sending out help, emergency items," Sisay Tadesse, spokesperson for the government's Disaster Prevention and Preparedness Agency (DPPA), said.

He added that nearly 20,000 tonnes of relief aid was being sent by truck on Monday. "Sixty-seven dead people have been counted at the moment and we estimate the number of people who live in the affected zones at 280,000," a humanitarian worker said from the town of Gode, about 650 kilometres southeast of the capital, Addis Ababa.

Nearly half of the population living near the banks of the Wabe Shebelle River in Ethiopia's southeastern Somali State had been forced from their homes, another aid worker said, adding that the number of people affected by the floods could still rise.

On Monday, the DPPA announced that 15 people were killed after the Wabe Shabelle burst its banks during a torrential rainfall that has pounded the area since 23 October. By Wednesday, the water level had stabilised at 12 metres, twice its normal height, after the rains eased on Tuesday.

"The situation is very tenuous, more and more people are losing their nerve and asking when help will arrive because they believe the water will continue to rise," the humanitarian worker added.

"Most of the affected people are inaccessible by road and we urgently need helicopters to access people and assess the situation."

The floods mainly hit the towns of Kelafo and Musthale, 80 kilometres and 150 kilometres south of Gode, which lie along the river. At least 639 people were killed in August when unusually heavy rains triggered massive flooding in the eastern, northern and southern regions of the country. A total of 357,000 people were affected by those floods, which the United Nations

humanitarian agencies said were the worst in decades.

Ethiopia, home to 77 million people, has faced heavy floods and droughts in recent years along with other countries in the Horn of Africa. Flooding usually occurs in the lowlands after heavy rains in the June-September season drench the highlands. This year's flooding was especially damaging because it followed a severe drought. [TOP](#)

Fonte:

http://www.irinnews.org/report.asp?ReportID=56141&SelectRegion=Horn_of_Africa&SelectCountry=ETHIOPIA – 01.11.06

Policy provides cushion for displaced persons

Subodh Ghildiyal

Entrepreneurs may soon have to cough up more for land acquisition of the multi-million projects and the displaced people may finally pocket a decent-enough compensation. This is the sum and substance of Centre's attempt to turn its resettlement and rehabilitation policy, non-binding on states, into a pan-Indian law.

The rural development ministry has circulated the provisions of the proposed Bill to the states to get their views in three weeks. The need for a law to bind states has been triggered by now-familiar protests and firings, which follow every acquisition. The nation woke up to the stark reality when over 13 tribals were shot in police firing in Kalinganagar in Orissa over a dispute with the district administration.

When such disputes erupt, the Centre is reduced to a mute spectator as land is under state list, where exclusive jurisdiction of state works. Looking for a way out, rural development ministry seized upon the fact that 'acquisition of property' is in the concurrent list, and thus moved to promulgate a national law vis-a-vis compensation for land acquisition.

It promises a better deal. Poor agricultural labourers, landless but inextricably linked to earnings from the farmland acquired, will be compensated for loss of livelihood with agricultural wages of 700 days. Protests from tribals may have been heard, with new provisions calling for a mandatory 'Social Impact Study' to precede every displacement — whereby the real impact of

uprooting tribals is to be studied. To be conducted along with the tribals, the SIS will take into account the intangible losses besides the tangible, giving the flexibility to a higher rehabilitation package.

The study will be a must if over 200 tribal families are displaced in Desert Development Programme areas and if 400 families are dislocated in normal areas. Besides land-for-land policy where possible or compensation, government will also have to provide for a loss of infrastructure of community like water sources and schools.

The deal promises to be better for landowners, too. They will, in addition to the cash-for-land, get Rs 5,000 per hectare for agricultural operations disturbed. In case of land-for-land compensation, landowners will receive Rs 10,000 per hectare for land development.

Additional compensation besides the cash component is in line for many. If land acquisition reduces a farmer into a marginal or a landless farmer, the government will have to provide him with land upto one hectare besides cash compensation, though it will be subject to the availability of land.

What would be mandatory is that every house site acquired, will mandate the state to allot a house site to the owner. BPL families will be given Indira Awas Yojana grant too. For those rearing cattle, a minimum Rs 3,000 will have to be given for cattlesheds. For every self-employment destroyed, a compensation of Rs 10,000 is provided. [TOP](#)

Fonte: <http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/1949109.cms> -

02.09.06

'Over 12,000 Tamils have fled to India'

The renewed battle between Sri Lankan army and LTTE in northern and eastern parts of the island has led to the displacement of thousands of people.

Jeevan Thiagaraja, head of the Consortium of Humanitarian Agencies which works with 200 local and international NGOs, tells Frances Bulathsinghala that a humanitarian crisis is in the making:

In your estimation what is the total number of persons displaced in the north and east due to last month's heavy battle?

The fighting is on. We have the number of displaced persons recorded at 217,000. However, this does not include most of the displaced in LTTE-controlled areas in the east.

How do you see the present humanitarian situation?

Eighty-four thousand families received post-war housing assistance. Thousands others were displaced following the tsunami and continue to live in temporary shelters.

Added to this number we now have 217,000 freshly displaced persons owing to the recent battle between LTTE and the government.

At least 5,000 Tamils who fled to India during the height of war returned to the country following the 2002 ceasefire. Now more than 12,000 have fled to India. It's certainly a humanitarian crisis.

Do you see a large-scale NGO pull-out from the country?

Out of the north and east yes. We fear a mass exodus of humanitarian organisations. Several are already moving out of the area.

Although the confidence of aid organisations working in Sri Lanka has been shattered, we do not as yet see a large number of them moving out of the country. But if they do, then we will have a humanitarian disaster on our hands.

Could you explain the situation in which NGOs function at present in the country?

The government has recently stipulated that NGOs should get a special permit to work in Sri Lanka. In addition, there are restrictions on working in areas in the north and east.

In the past month of heavy fighting, none of the NGO workers could get to areas where people needed them due to restrictions imposed by both the government and LTTE.

At least 20 humanitarian workers have been killed in the past month. And now the government has decided to impose a tax on NGOs.

Has there been a recent discussion between heads of NGO community and government representatives?

Yes. We are hoping for continued interaction with government officials and those of the presidential secretariat.

In our meeting with officials from the presidential secretariat last week we raised all our concerns. The question is if Sri Lanka wants NGO assistance? [TOP](#)

Fonte: http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/msid-1988742_curpg-1.cms - 14.09.06

ESPAÑOL

Asia: migración forzada

Laura Rubio Díaz Leal

En el siglo XX la migración forzada fue parte integral del desarrollo y de la constitución de nuevos estados en Asia. (A pesar de las sutiles diferencias legales, aquí se usarán indistintamente los términos "migración forzada", "desplazamiento forzado de población" y "refugiados" para referirse tanto a las personas que han sido desplazadas por la fuerza dentro de sus países de origen [Personas Internamente Desplazadas: PID] por conflicto, persecución y proyectos de desarrollo económico a gran escala, así como a aquellas personas que han sido obligadas a cruzar una frontera internacional para escapar de alguna forma de persecución, de los efectos de guerra civil, de movimientos insurgentes y/o de catástrofes naturales.) Durante el proceso de descolonización en la región y la consecuente reorganización política, el desplazamiento forzado con intercambios masivos de población jugó un papel central en Estados como India, Pakistán y Bangladesh. La revolución comunista en China e Indochina, así como la invasión soviética a Afganistán, inmersas como estaban en el conflicto bipolar, produjeron nuevas olas de refugiados que influyeron en la configuración de fuerzas en la región. Actualmente la migración forzada es el resultado de dos fenómenos: en primer lugar, el de guerra civil y/o reacomodo político producto de los regímenes heredados del periodo anterior en países como Bhután, Myanmar, Nepal, Indonesia y Afganistán, y, en segundo lugar, de proyectos de desarrollo económico e infraestructura a gran escala que han causado desplazamientos forzados y reasentamientos involuntarios de cientos de miles de personas en India, China, Indonesia y Vietnam.

Este ensayo intenta analizar los focos de inestabilidad producidos por la migración forzada en Asia en sus dos vertientes, e integrar el estudio de ambas para atraer la atención de la comunidad internacional a un problema viejo que hoy presenta dimensiones preocupantes. La migración forzada producida por conflicto ha contribuido en forma significativa a la inseguridad nacional y regional, y ha entorpecido el establecimiento de relaciones más estrechas y la cooperación en el seno de la Asociación de Naciones del Sureste Asiático (ANSEA) y de la Asociación del Sur de Asia para la Cooperación Regional (SAARC, por sus siglas en inglés). En décadas recientes las instancias involucradas en el asentamiento,

protección, rea- sentamiento y repatriación de los refugiados produ- cidos por conflicto han sido organizaciones guber- namentales del régimen internacional para los refugiados encabezadas por el Alto Comisionado de Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR), así como un sinnúmero de organi- zaciones no gubernamentales internacionales y locales.

Sin embargo, raro es el caso en que la migración forzada causada por el desarrollo se estudia (y atiende) dentro del mismo rubro que la migración por conflicto, dada la falta del ingrediente de persecución política o violencia, que constituye el criterio fundamental mediante el cual el régimen internacional para los refugiados brinda protección y asistencia a sus víctimas. Ello implica que las víctimas de desplazamiento forzado y reasen- tamiento involuntario producidos por proyectos de desarrollo queden a merced de los gobiernos responsables, toda vez que las instituciones financieras internacionales y/o empresas transna- cionales que financian tales proyectos difícilmente asumen la responsabilidad de lidiar con los costos sociales e impactos ecológicos una vez que el proyecto ha sido concluido.

Al 1 de enero de 2005 había 6.899.600 refugiados en Asia (UNHCR 2005:1-11), incluidos refugiados víctimas de persecución, y por conflicto, solici- tantes de asilo y personas sin Estado. No obstante, esta estadística excluye a los desplazados por pro- yectos de desarrollo económico. Nada más en la década de 1990 la construcción de grandes presas hidroeléctricas en países en desarrollo en todo el mundo desplazó a alrededor de 40 millones de personas (T. Scudder, 1997). Este tipo de proye- ctos y sus efectos sobre el desplazamiento humano no son nuevos; sin embargo, la construcción de infraestructura hidroeléctrica en Asia en las últimas dos décadas lo ha elevado a dimensiones sin precedente (según R. Phadke, 1999, entre 1970 y 2000 sólo en China e India la cifra aumentó más de 100%). A nivel global, hay más refugiados por el desarrollo económico que por guerras y desastres naturales (M.M. Cernea, 1996). A pesar de la magnitud del problema, no es frecuente que en la literatura de la migración forzada se vincule este fenómeno al de la seguridad nacional y regional.

Migración forzada por reacomodo político

El reacomodo político en los países del sur y este de Asia con problemas de migración forzada refleja la imperfección de las instituciones políticas que emergieron de revoluciones sociales o de la descolonización, incapaces de integrar a las minorías étnicas. En las últimas dos décadas la reconfiguración de fuerzas se ha manifestado en cuatro modalidades: conflictos armados en busca del cambio de régimen - guerrilla maoísta en Nepal, insurgencia mujaidín en Afganistán e insurgencia comunista en Myanmar; establecimiento de gobiernos de extrema derecha ultranacionalista que priva a minorías étnicas de participación política y de ciudadanía - el gobierno de Myanmar en contra de los musulmanes rohingyas, o el bhutanés en contra de los hindúes lhotshampas; búsqueda de representación política y/o autonomía de algún grupo étnico - tibetanos y los musulmanes uigures de la provincia de Xinjiang en China; y el caso más extremo, el intento de secesión de alguna minoría étnica - la provincia de Aceh en Indonesia.

Estas circunstancias han generado violencia, represión, persecución, huida y flujos de refugiados hacia los países vecinos. Ninguno de estos conflictos se ha resuelto en forma satisfactoria debido a problemas crónicos en los países de origen, así como a las restricciones, intolerancia y el semiencajamiento en el que viven los refugiados en los países huésped (G. Loescher y J. Milner, 2005). Algunas de estas situaciones han persistido durante más de 20 años, por lo que miles de refugiados continúan viviendo en campamentos en espera de condiciones propicias para su regreso, lo cual, inevitablemente, exacerba problemas propios de los países huésped. En el sur y este asiáticos, ninguno de los países receptores es signatario de los instrumentos internacionales para refugiados (Convención de 1951 y Estatuto de 1967 de la ONU) que protegen a los desplazados contra el regreso forzado (*refoulement*) a su país de origen o el maltrato en manos de fuerzas fronterizas y la comunidad local. Por ende, su seguridad y la posibilidad de que el ACNUR u otras organizaciones los asista dependen solamente de la buena voluntad del país receptor.

En Asia destacan cuatro casos de problemas de refugiados prolongados: el de la minoría étnica lhotshampa de Bhután en el sureste de Nepal y noreste de India; el de disidentes políticos y

minorías étnicas de Myanmar en Tailandia y de los musulmanes rohingyas de la provincia de Arakan de Myanmar en Bangladesh; el de los tibetanos en India y Nepal y, finalmente, el de los afganos en Pakistán e Irán.

En diciembre de 1990, en Bhután, como estrategia de limpieza étnica motivada por el miedo al crecimiento demográfico de las minorías, el gobierno negó la ciudadanía a los residentes que no pudieran comprobar que habían llegado al país antes de 1958. Por consiguiente, alrededor de 100000 lhotshampas indios descendientes de emigrantes nepalíes fueron obligados a buscar refugio en Nepal en donde el ACNUR los acogió en seis diferentes campamentos. Dada la negativa del gobierno bhutanés de cambiar su postura, la única solución duradera ha sido la de procurar la integración de los lhotshampas a la sociedad nepalí con sus propios problemas de inestabilidad.

Con el mismo espíritu, el gobierno de Myanmar decidió negar la nacionalidad a los musulmanes rohingyas en 1978, lo que motivó la salida de alrededor de 250000 refugiados hacia Bangladesh, donde el índice de pobreza extrema es de los más altos del mundo. En 1994, con la asistencia del ACNUR, se repatrió voluntariamente a la mayoría, no obstante las condiciones desfavorables en Myanmar. Por ello, al menos 20000 refugiados decidieron quedarse en Bangladesh en condiciones difíciles pero sin la amenaza a su seguridad. En Myanmar, la inseguridad se suma a la insurgencia comunista y al carácter represivo del régimen, ocasionando la salida de disidentes y otras minorías: más de 120000 refugiados birmanos han huido hacia Tailandia de la violencia, arrestos arbitrarios y persecución, del reasentamiento y trabajo forzado y destrucción de cosechas, para asentarse en campamentos a lo largo de la frontera o en el interior del país. Adicionalmente, 500000 inmigrantes ilegales birmanos, que desde los ochenta han salido en busca de mejores condiciones de vida, viven actualmente en Tailandia, país que disputa su frontera con Myanmar, propiciando la infiltración de refugiados, inmigrantes económicos y traficantes de drogas, aumentando la tensión en la zona.

Los campamentos en las zonas fronterizas se han convertido también en santuarios militares, protegidos paradójicamente por la red de organiza-

ciones humanitarias. La insurgencia maoísta de Nepal los ha utilizado como fuente de reclutamiento para sus actividades guerrilleras en Nepal y en el estado de Sikkim al noreste de la India. A mediados de los noventa el conflicto interno de Myanmar se extendió a los campos tailandeses cuando la contrainsurgencia los atacara con el fin de cerrar canales de abastecimiento militar, evitar su transformación en bases de operación de los insurgentes y obtener mano de obra forzada para sus operaciones militares. En el caso de los refugiados afganos, la milicia mujaidín los ha utilizado, aprovechando la ayuda humanitaria que llega a ellos, para rehabilitarse, reabastecerse y reclutar miembros. Desde 1989 Zolberg, Suhrke y Aguayo prevenían a la comunidad internacional del riesgo que representaban las comunidades de refugiados guerrilleros para la intensificación y prolongación de conflictos en Medio Oriente, América Central, Cuerno de África, Camboya y Afganistán, y para la seguridad regional e internacional. En la región que nos ocupa, esta circunstancia sigue desempeñando un papel desestabilizador, y ha empeorado en la medida en que otros factores, como el tráfico de drogas, trata de niños y mujeres, y las mafias que controlan la distribución de la ayuda humanitaria, contribuyen a aumentar la tensión entre las partes y al deterioro de las condiciones de vida de los refugiados, ya que son objeto de una doble victimización.

El cuarto foco de inestabilidad lo constituyen los movimientos separatistas que generan migración forzada. De entre los varios ejemplos de este fenómeno en la región, sobresale el caso de la Provincia de Aceh al norte de Sumatra, en Indonesia (Movimiento de Liberación de Aceh, Gerakan Aceh Merdeka, GAM). Prácticamente desde su independencia en 1949, Indonesia enfrenta un problema de desintegración nacional que ha causado el desplazamiento forzado de aproximadamente un millón de personas (E.L. Hedman, 2005). Aceh inició su lucha de secesión en los setenta por razones territoriales, étnicas y culturales, y desde entonces el gobierno central ha utilizado la violencia con el fin de debilitar y desmembrar al GAM, forzando el desplazamiento de más de 200000 personas al sur de Sumatra o a la isla de Java. En los últimos siete años la escalada de violencia se ha manifestado en persecuciones, matanzas, desapariciones y

destrucción de las propiedades de militantes y simpatizantes del GAM. En 2003, el tsunami del Océano Índico deterioró las condiciones socio-económicas y propició la intensificación del conflicto político. Ante ello, el gobierno reaccionó con más violencia, decretó la ley marcial y causó un incremento del flujo migratorio. De manera similar, las solicitudes de asilo a Malasia aumentaron en los últimos dos años. La respuesta de los separatistas ha sido convertir los campamentos de refugiados de PID en santuarios militares como estrategia militar y política. Así, lejos de solucionarse el conflicto, la escalada de violencia por ambas partes continúa.

Migración forzada por desarrollo económico

En la vertiente del desarrollo económico, Asia ha pagado altos costos sociales y ecológicos: pérdida de valles fértiles, contaminación del agua, destrucción de fauna de agua dulce, desmembramiento social, empobrecimiento y conflictos de reasentamiento y rehabilitación comunitaria. Es evidente que las características propias de cada caso -- sobrepoblación, pobreza, etc. -- han hecho difícil una planeación que garantice el bienestar a largo plazo de las comunidades afectadas. Los gobiernos e instituciones responsables no han logrado garantizar buenos resultados para los desplazados, más allá de los beneficios derivados del proyecto para el resto de la población: agua potable, energía eléctrica, riego, comunicaciones e infraestructura.

Los diferentes gobiernos asiáticos han tenido dificultades para rehabilitar a las poblaciones desplazadas por proyectos de infraestructura, ya que éstas difícilmente logran recuperar el nivel de vida que tenían antes de su desplazamiento y, peor aún, la mayoría vive en la pobreza con problemas de desnutrición y enfermedades, y sin haber recibido la compensación prometida por las autoridades (Operations Evaluation Department, 1998, y <http://www.narmada.org/sardarsarovar/wbletter.19991110.html>). Además, en muchos casos, los desplazados son reasentados en zonas con problemas de sobrepoblación y desempleo previos (M.M. Cernea, 1999). En consecuencia, conforman nuevos núcleos poblacionales de refugiados económicos que tienden a ser desatendidos por sus gobiernos e ignorados por el ACNUR u otras organizaciones gubernamentales.

mentales encargadas de la asistencia de refugiados.

Para ilustrar la seriedad de esta situación veamos dos casos, uno en China y otro en India, donde se están desarrollando los dos proyectos hidroeléctricos de mayor envergadura en el mundo. La presa de las Tres Gargantas en la provincia de Hubei, en China (1994-2014), estima desplazar alrededor de 1.3 millones de personas, que involucran a 17 ciudades y 109 pueblos, será el desplazamiento más numeroso de la historia causado por la construcción de una presa (S. Jackson y A. Sleight, 2000). La simple mención de esta cifra indica la enorme influencia sobre el desplazamiento de personas que tienen estos proyectos en la región (sólo en 2003, 250000 fueron víctimas de desplazamiento forzado y de reasentamiento involuntario). Lo descrito es una de tantas presas que el gobierno chino tiene en construcción para suministrar energía eléctrica a su creciente industria. Recordemos también la presa de Xiaolangdi en la provincia de Henan terminada en 2001, y otras más construidas en el altiplano tibetano, donde se desplazó a más de 200000 personas y se destruyeron sitios sagrados.

El proyecto del Valle de Narmada, en la Provincia de Gujarat al oeste de la India, incluyó la construcción de 3165 presas de tres diferentes dimensiones -- pequeñas, medianas y grandes -- . La presa Sardar Sarovar (1987-2006) es la más grande, y ha provocado el desplazamiento de más de 150000 personas, entre ellas miembros de la tribu Bhilala Adivasi. El problema con la construcción de esta presa, además de los efectos negativos sobre el ecosistema y el desplazamiento humano, fue la destrucción y transformación de un sitio sagrado para los Bhilala Adivasi quienes habían establecido un balance con su entorno sin renunciar a su modo de vida (A. Baviskar, 1995). De esta manera, el proyecto desató una de las luchas más cruentas entre el gobierno de India y un grupo étnico apoyado en un movimiento ecológico dentro y fuera del país. Dada la controversia sobre los daños ecológicos y las dificultades del reasentamiento humano, el Banco Mundial dejó de financiar el proyecto en 1993.

Este tipo de proyectos de indudable valor para el desarrollo económico ha implicado no sólo el

desplazamiento demográfico (con cuantificables consecuencias sociales y materiales), sino también el desplazamiento cultural, es decir, la pérdida inconmensurable de la herencia cultural de los pueblos afectados, la erosión de sus tradiciones y la transformación de su estilo de vida, y por tanto, de identidad cultural y étnica.

Conclusiones

Las crisis políticas en Asia y África, la necesidad de buscar nuevos lugares para reasentar a miles de refugiados que viven en condiciones insostenibles en los países de primer asilo y la imposibilidad de repatriar a muchos de ellos, han ejercido mucha presión sobre las democracias liberales para aceptar parte de la responsabilidad de este problema. La consecuencia más obvia del incremento en las solicitudes de asilo ha sido la "fatiga de compasión", experimentada en Europa Occidental, América del Norte y Australia, por el problema que les engendra al interior de sus países. Esto se ha traducido en un menor compromiso en la búsqueda de soluciones a estos conflictos y en la aplicación de políticas de asilo y de migración en general más severas y restrictivas (M. Gibney, 2004). Esta "fatiga de compasión", vista a la luz de la guerra global en contra del terrorismo (tras los acontecimientos del 11-S), ha impulsado la redefinición de la intervención humanitaria en diferentes partes del mundo, y por lo tanto ha tenido un impacto negativo en la capacidad del régimen internacional para refugiados de dar soluciones duraderas a situaciones de refugiados prolongados.

Asimismo, está claro que el problema de migración forzada en Asia en sus dos vertientes no es el flujo de refugiados per se, sino de la incapacidad de los regímenes de hacer frente a las demandas de sus sociedades, de consolidar instituciones democráticas y de restaurar el vínculo natural que debe existir entre el Estado y sus ciudadanos. Por otro lado, el desplazamiento forzado de población por proyectos de desarrollo muestra claramente las dificultades de lograr un desarrollo económico sustentable y de balancearlo con los ideales de gobierno representativo y el respeto a los derechos humanos fundamentales.

Por último, la comunidad internacional no debería contentarse con buscar medidas paliativas a este

fenómeno tan desestabilizador, sino que debería participar de forma más activa tanto en la construcción de la paz como de instituciones

democráticas en los países de origen. Foreign Affairs (Estados Unidos). [TOP](#)

Fonte:
<http://www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=6222> -
26.10.0

Miles de niños desplazados sobreviven en barrios marginales a las afueras de las grandes ciudades colombianas

LAS DELICIAS, Colombia, 25 de octubre (ACNUR) – Sólo a unos minutos del centro de la ciudad de Cúcuta, con sus tiendas de moda y sus casas de estilo colonial, la primera visión de las Delicias parece surgida del Infierno de Dante. Columnas de humo, que ascienden desde el extenso basurero al borde de la ciudad, oscurecen la visión de las laderas en las que se apiñan las chabolas de madera y uralita construidas sobre los desechos urbanos.

Hasta hace solo cinco años, esta tierra era un erial. Hoy, Las Delicias es el hogar de más de 3.000 personas— más de 570 familias en el último recuento, la gran mayoría de ellas se asentaron en este lugar tras huir de la violencia en otras regiones de Colombia. Y el número de familias sigue aumentando.

"Mucha gente llegó el año pasado" dice Rosa Martínez, cuya familia fue una de las primeras en asentarse en Las Delicias, hace cuatro años. "Hacemos lo que podemos para ayudar pero hay muchos problemas. Vivimos sobre un basurero, por lo que muchos de nuestros niños se han enfermado. No podemos hacer nada para evitarlo".

No hay atención médica en Las Delicias, ni escuelas para los niños. Ni hay agua corriente ni alcantarillado. Siendo una de las más veteranas en el lugar, Rosa Martínez está haciendo todo lo posible para organizar a su comunidad con el fin de conseguir ayuda de las autoridades locales, una iniciativa que cuenta con el apoyo total del ACNUR. "Es un trabajo muy lento", reconoce, "pero en los últimos meses hemos empezado a ver algunos resultados."

Parte del problema es que oficialmente, este barrio no existe. Las Delicias es lo que se conoce en Colombia como una "invasión", una concentración de chabolas construidas

ilegalmente en tierras que casi nunca son aptas para el asentamiento humano.

Hay "barrios" como Las Delicias alrededor de casi todas las grandes ciudades del país. Las autoridades locales pueden tardar muchos años en reconocer la existencia de estos barrios y de instalar en ellos servicios básicos; a pesar de ello, muchos desplazados simplemente no tienen otro lugar donde ir.

El desplazamiento urbano es uno de los grandes desafíos a los que se enfrenta el actual gobierno colombiano en su tarea de asistir a los tres millones de desplazados internos por el conflicto armado en el país. Los enfrentamientos armados son más intensos en las remotas zonas rurales del país, por lo que muchos desplazados dejan atrás la inseguridad del campo y buscan protección en las grandes ciudades. Allí tienen pocas habilidades que les permitan prosperar en un entorno urbano completamente diferente al que están acostumbrados, y a menudo acaban viviendo en los barrios marginales como Las Delicias, donde son extremadamente vulnerables a nuevas formas de violencia.

"Los desplazados internos que llegan a las grandes ciudades corren un alto riesgo de convertirse en víctimas de bandas criminales" explica Roberto Meier, Representante del ACNUR en Colombia. "Sufren extorsiones y sus hijos e hijas se ven empujados a la prostitución o a entrar en las bandas organizadas. Aún peor, pueden ser perseguidos por los mismos grupos irregulares que les amenazaban en su antiguo hogar. El resultado de esto es que muchas personas se ven obligadas a huir de nuevo, desplazándose a veces dentro de la misma ciudad."

Y cuando esto ocurre, su situación va de mal en peor, como en el caso de Mauricio.* Hasta este año, Mauricio se las había arreglado para permanecer en la finca familiar, en su Catatumbo

natal, una de las regiones más turbulentas de Colombia, pero nuevos enfrentamientos en torno a su pueblo le obligaron a huir de allí.

Llegó en marzo a uno de los suburbios de Cúcuta, donde sólo unos meses más tarde fue salvajemente golpeado por una banda de jóvenes armados que patrullaban el distrito.

Mauricio huyó de nuevo, esta vez a Las Delicias, donde con ayuda de sus vecinos acaba de terminar una chabola de uralita y lona plástica al pie de la colina. Parece seguir conmocionado; la esperanza de encontrar un lugar seguro le parece aún más incierta tras su segundo desplazamiento.

"Dejar la finca fue la decisión más dura de mi vida", relata, "pero cuando llegué a Cúcuta pensé que al menos podría vivir en paz. Ahora cada día pienso que quizá tenga que marcharme de nuevo,

si me ha pasado dos veces, ¿quién o qué puede impedir que ocurra otra vez?"

La Corte Constitucional de Colombia dictaminó este verano que casos como este de desplazamiento interurbano deberían ser reconocidos y atendidos. Por ahora, sin embargo, no existe un mecanismo claro para ayudar a personas como Mauricio. Se registró como desplazado con las autoridades locales al poco tiempo de llegar a Cúcuta, pero su caso aún no ha sido atendido. No recibirá ninguna asistencia para volver a empezar tras su segundo desplazamiento. [TOP](#)

Fonte:

http://www.acnur.org/paginas/index.php?id_pag=5743&id_sec= - 26.10.06

Pueblos indígenas: esperanza de protección

Adital - La situación de límite humanitario de los indígenas colombianos bien representa las malas condiciones en que viven hoy muchos pueblos indígenas de América Latina. Por ocasión del Día Mundial de los Pueblos Indígenas, 09 de agosto, el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) hace un llamamiento para que todos los grupos armados del país mantengan al margen del conflicto armado a la población indígena y para que respeten la distinción entre los combatientes y los no-combatientes.

Los grupos indígenas en Colombia están cada vez más expuestos a la violencia y corren peligro de extinción como resultado del conflicto actual. Los grupos indígenas están siendo forzados a huir de sus tierras ancestrales hacia países limítrofes buscando seguridad. En los últimos meses, miles de personas indígenas han salido de sus tierras huyendo de la violencia. En el último episodio, más de 1.700 indígenas Awá han salido de sus reservas en el Departamento de Nariño, al sur, cerca de la frontera con Ecuador, para escapar de los combates entre un grupo armado irregular y las fuerzas armadas colombiana. Hasta la fecha, no han podido regresar a sus casas.

En abril, más de 1.500 Wounaanos huyeron de sus tierras ancestrales en el Departamento de

Chocó tras el asesinato de dos de sus líderes por parte de un grupo armado irregular. Se refugiaron en la pequeña ciudad de Istmina, donde murieron muchos de los niños. La mayoría han regresado a sus comunidades, aunque todavía no están completamente a salvo. También existe una preocupación cada vez mayor en Chocó en relación a las comunidades Embera que están atrapadas en el medio de los enfrentamientos entre los grupos armados irregulares cerca de la frontera de Panamá. Y las comunidades Bari, cerca de la frontera con Venezuela, también han decidido quedarse en sus territorios, donde hay una fuerte presencia de grupos armados irregulares y están expuestos a la violencia.

La cultura indígena está estrechamente vinculada a la tierra, a menudo por la creencia de que tanto los espíritus de sus antepasados como los seres mágicos, habitan en la tierra y en el agua de sus reservas. El desplazamiento forzoso lleva a la pérdida de la tradición, la cultura, y la lengua - y muchas veces a la desintegración de la identidad del grupo.

En este día 09 de agosto, la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI) todavía llama a los Estados para que adopten políticas nacionales y mecanismos para la protección, reconocimiento y respeto pleno a los derechos

indígenas. La entidad recién creada reconoce los avances en la promoción y la solidaridad internacional para reconocimiento de los derechos indígenas, como la reciente adopción de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas por el Consejo de Derechos Humanos de la ONU después de 20 años, por lo que llama a los Estados a refrendarla en la próxima Asamblea General de la ONU y adecuar las políticas nacionales para facilitar su aplicación en consulta con los pueblos indígenas y sus organizaciones.

CAOI señala que actualmente los territorios indígenas están siendo concesionados por los Estados a las empresas transnacionales para la extracción de los recursos naturales violando normas nacionales e internacionales que protegen los derechos indígenas; y denuncia las constantes acciones de criminalización de la lucha indígena por parte de los Estados; la creciente militarización y la aplicación de planes del Gobierno de Estados Unidos en los Andes con la única finalidad de respaldar la imposición de políticas neoliberales a los Estados andinos, como los TLC, y el saqueo de los recursos naturales por parte de las empresas transnacionales.

Por isso, llama a los pueblos indígenas y otros sectores sociales establecer alianzas para fortalecer las luchas por la soberanía nacional y autonomía indígena. "Llamamos a la sociedad civil internacional a poner especial atención y actuar sobre la situación de los pueblos indígenas DESPLAZADOS por la guerra interna en Colombia".

Además llama al Estado de Chile y su presidenta, Michelle Bachelet, para la inmediata ratificación del Convenio 169 sobre Pueblos Indígenas de la OIT (Organización Internacional del Trabajo) y saluda la instalación de la Asamblea Constituyente de Bolivia.

El Fondo de Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) considera que la conmemoración del Día Internacional de los Pueblos Indígenas es una ocasión especial para recordar los progresos alcanzados a nivel local, nacional y global y un momento propicio para destacar el trabajo aún pendiente para la consolidación de sociedades libres de discriminación e inequidad.

En este marco, UNICEF confía en que los espacios de participación indígenas que se han

abierto en las Naciones Unidas, tales como la conformación de un Foro Permanente de Asuntos Indígenas y la aprobación de la Declaración sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas por el Consejo de Derechos Humanos el pasado 28 de junio, constituyen hitos importantes de cara a la plena realización de los derechos individuales y colectivos de los pueblos indígenas del mundo entero.

En este día, UNICEF invita a los niños, las niñas y los adolescentes indígenas a fortalecer sus lenguas y culturas para interactuar con dignidad con el resto de la sociedad, ya que la realización de sus derechos no implica la pérdida de la propia identidad.

Por su parte el Fondo de Población de las Naciones Unidas ratifica que cuando la apruebe la Asamblea General, la Declaración de los Derechos de los Pueblos Indígenas servirá a modo de hoja de ruta para que los organismos, entre ellos el UNFPA, puedan incorporar sus principios a nivel de país y, lo que es aun más importante, a nivel de las comunidades donde viven las poblaciones indígenas.

El UNFPA señala complacido que durante el pasado decenio se registraron importantes adelantos de las poblaciones indígenas en varios temas. Entre esos adelantos cabe mencionar el reconocimiento internacional de su derecho a preservar su propia cultura y sus conocimientos tradicionales, además de su papel en la conservación de la diversidad biológica y en el uso sostenible de esos recursos; marcos y normas internacionales; y mayor participación de esas poblaciones en los procesos políticos nacionales y regionales. No obstante, si bien se registraron adelantos en varias esferas, persisten todavía numerosos problemas y obstáculos.

Son motivo de especial preocupación para el UNFPA los miles de mujeres indígenas que son víctimas de la violencia por motivos de género y necesitan protección jurídica y servicios de salud; las altas tasas de mortalidad derivada de la maternidad que se registran entre esas mujeres indígenas, y la falta de información para los adolescentes y jóvenes indígenas. El UNFPA se ha comprometido a colaborar con las poblaciones indígenas a fin de abordar esos problemas. [TOP](#)

Fonte: www.adital.com.br – 09.08.06

El ACNUR proporciona asistencia para el retorno a 6.300 congolese desplazados

Por Jens Hesemann

KINSHASA, República Democrática del Congo, 5 de octubre (ACNUR) - La Agencia de las Naciones Unidas para los refugiados distribuyó los paquetes de asistencia a más de 6.300 personas durante los primeros 10 días de una operación para ayudar a las personas desplazadas que han retornado a sus hogares en áreas alejadas de la provincia de Kananga, en la República Democrática del Congo.

El proyecto de asistencia al retorno de ACNUR, llevado a cabo por la agencia implementadora HI-Atlas Logistique, comenzó el 25 de septiembre con distribuciones en tres pueblos situados en el área de Sampwe, unos 350 kilómetros al norte de la capital provincial de Lubumbashi.

Casi todos los habitantes de las aldeas habían huido de sus hogares escapando de los combates entre las fuerzas del Gobierno central y la milicia tribal de Mayi-Mayi en esta extensa provincia. La mayoría de las 6.300 personas que recibieron los paquetes de asistencia eran retornados.

"Me alegra ver que no hemos sido olvidados," le dice un jefe de la aldea al personal que realiza la distribución. Los cuatro carros del ACNUR tardaron tres días en el viaje de Lubumbashi a las alejadas aldeas de la sabana. La estación lluviosa ha comenzado y probablemente las torrenciales tormentas harán que sea más difícil llegar a esta región en octubre.

"El comienzo de este proyecto es una manifestación de la Comisión del ACNUR para implementar nuestras nuevas responsabilidades con la población desplazada. Por la primera vez, estamos proporcionando asistencia en el retorno a desplazados internos que vuelven a sus hogares en el área geográfica de la República Democrática del Congo sin que coincida con una operación de retorno de refugiados," dijo Eusebe Hounsokou, Representante Regional del ACNUR.

El ACNUR y otras agencias humanitarias tienen como prioridad apoyar el retorno a sus hogares de los desplazados internos de las áreas del este de la provincia. Las evaluaciones interagenciales llevadas a cabo el pasado mes de julio revelaron

que más del 80% de los desplazados internos han vuelto a casa por sus propios medios durante los dos meses anteriores. El número de personas en asentamientos para población desplazada en las ciudades de Mitwaba y Dubie ha descendido considerablemente.

El paquete de asistencia al retorno del ACNUR ayuda a resolver las necesidades inmediatas de los desplazados internos una vez que lleguen a sus aldeas - a menudo encuentran que sus hogares y posesiones han sido destruidos. Los retornados en Sampwe recibieron equipos de cocina, mosquiteros, mantas, cobertores de plástico, bidones, ropa y herramientas para la construcción de viviendas. Otras agencias de Naciones Unidas proporcionan alimento, semillas y herramientas agrícolas.

El proyecto de asistencia al retorno en Katanga continuará por varios meses. Hay aproximadamente 170.000 desplazados en Katanga, pero se espera que muchos emprendan su camino a casa espontáneamente y de manera tranquila después de que en mayo se entregó el señor de la guerra más influyente, Kyungu Mutanga, conocido como Gedeon.

La mayoría de ellos fueron desplazados durante los años de enfrentamientos entre el Ejército y el Mayi-Mayi; el más reciente éxodo ocurrió entre noviembre de 2005 y abril de este año.

El progreso de las distribuciones dependerá de los desafíos logísticos y de la adquisición oportuna de más artículos de asistencia humanitaria. El ACNUR tiene una reserva de paquetes de retorno en su depósito en la ciudad de Ngara, al noroeste de Tanzania y planea enviarlos a Katanga.

Los refugiados congolese en Zambia también han comenzado a volver a la provincia de Katanga. Se estima que más de 17.000 refugiados han retornado a su país desde Zambia desde comienzos del año pasado, mientras que 60.000 refugiados congolese permanecen en Zambia. [TOP](#)

Fonte: http://www.acnur.org/paginas/?id_pag=5698 – 05.10.06

MSF: “La solución al problema de los desplazados está en manos del poder político”

“Nosotros no tenemos capacidad para resolver las crisis”

Madrid – “La solución al problema de los desplazados está en manos del poder político, tanto aquí en Europa como en los países en guerra”, afirmó Pablo Marco, trabajador humanitario de Médicos Sin Fronteras (MSF) durante el chat organizado el pasado viernes en la red IRC Hispano. De hecho, organizaciones como MSF no tienen “capacidad para resolver estas crisis, sólo para salvar el mayor número de vidas a su alcance y proteger la dignidad de estas personas”, explicó a los internautas este logista con cuatro años de experiencia en República Democrática del Congo (RDC) y Darfur (Sudán).

La charla ‘online’ se celebró en el canal msf de IRC-Hispano, la mayor red de chat de habla hispana, y contó con una media de 50 internautas simultáneos, que realizaron más de 30 preguntas durante hora y media de debate con el representante de Médicos Sin Fronteras. Pablo Marco apuntó que “nuestros gobiernos se preocuparán de estos conflictos cuando un número suficiente de sus votantes se preocupen y se lo hagan saber”. “Hay que estar informados de lo que pasa, para que los gobiernos de los países ricos pongan los medios para que estas situaciones no lleguen a ocurrir y que, para que cuando ocurran, se pueda disponer de los medios para dar ayuda a estas poblaciones”. “En muchos casos – recordó - MSF nos encontramos solos en estas crisis”.

“En Sudán fuimos testigos de cómo bombardeaban a la población civil sin misericordia, y ahora hay más de dos millones de personas malviviendo en campos de desplazados, en mitad del desierto, con una casa de plástico, un bidón de agua y unos cazos como únicas pertenencias. En RDC, la población lleva quince años soportando la guerra, con más de tres millones de muertos, huyendo sin parar de un lugar a otro”. En estos campos, en las primeras semanas de la emergencia las tasas de mortalidad pueden ser hasta sesenta veces superiores a la media de la región. Y sin embargo, se estima que cerca de 18 millones de desplazados en todo el mundo no están recibiendo la adecuada asistencia humanitaria.

En estos campos, el trabajo del logista consiste en tareas como garantizar el suministro de agua

potable, la construcción de letrinas o de edificios que se utilizarán como centros de salud, la disposición de refugios para los desplazados, la organización de vacunaciones, o garantizar que los vehículos, las comunicaciones y la electricidad funcionan, todo ello en cooperación con el personal nacional contratado por MSF. “En general los campos de desplazados están en lugares donde no hay nada”.

Respondiendo a preguntas de los internautas, Pablo Marco insistió en que “en situaciones de guerra MSF no trabaja nunca con ningún Ejército, tampoco con el español” y que esta independencia es la que permite “trabajar en zonas de guerra sin que nadie piense que representamos a uno u otro bando”. “No tenemos armas ni chalecos antibalas ni aceptamos protección de ningún grupo armado ni de la ONU, e intentamos ser lo más independientes posible de todas las instituciones”, recalcó.

Se calcula que en todo el mundo existen unos 9,2 millones de refugiados y 25 millones de desplazados internos en más de 40 países (la mitad de ellos en África), poblaciones que han abandonado sus hogares huyendo de la persecución o la violencia generadas por conflictos o por situaciones de tensión política y económica. Los desplazados, aquellos que no han cruzado ninguna frontera internacional, se encuentran si cabe en una situación de desprotección aún mayor, ya que jurídicamente no fueron incluidos en el régimen legal e institucional internacional creado hace cincuenta años para los refugiados. Este hecho adquiere más gravedad al comprobar que, en la actualidad, la gran mayoría de los conflictos son internos, y los desplazamientos forzados de poblaciones se han convertido en una táctica más de guerra, al igual que los ataques específicamente dirigidos contra los civiles

El trabajo de MSF en campos de refugiados comenzó en Camboya en 1976, cuando miles de personas cruzaron la frontera con Tailandia huyendo de las matanzas del régimen de Pol Pot. Desde entonces, MSF ha intervenido en casi todas las crisis de refugiados y desplazados, y actualmente les presta asistencia en países como República Democrática del Congo, Sierra Leona, Uganda, Sudán o Colombia.

El pasado diciembre, IRC Hispano lanzó una campaña de colaboración con Médicos Sin Fronteras para difundir su trabajo en la RDC. Esta iniciativa se ha ampliado a los demás contextos en los que trabaja la organización humanitaria, y durante los próximos meses se celebrarán charlas en tiempo real con responsables de MSF para

abordar otros contextos prioritarios en su trabajo, crisis como la de Somalia o enfermedades olvidadas como la Tuberculosis. [TOP](#)

Fonte:
http://www.arboldenoticias.com/index.php?option=com_content&task=view&id=411&Itemid=63 – 24.06.06

Muro de objeciones contra represas

Pobladores intentan frenar proyectos hidroeléctricos en varios países de América Latina: desde el río Papagayo en México al río Baker en la Patagonia.
Por Diego Cevallos*

MÉXICO.- Un muro de objeciones se levanta en América Latina contra la construcción de centrales hidroeléctricas. En Guatemala activistas y pobladores acaban de frenar un millonario proyecto, mientras en Brasil, El Salvador, Chile, Honduras y México la mecha del conflicto está prendida.

En la región hay más de mil grandes represas de 15 metros de altura o más, que generan 10 por ciento de la electricidad consumida en el área. Los gobiernos, apoyados por transnacionales, proyectan construir otras para así depender menos del oneroso petróleo, por ahora su principal insumo energético.

El debate sobre la hidroenergía es intenso. Aunque es valorada como una fuente renovable y limpia que permite regular el uso del agua, también es denostada por sus graves impactos sociales y ambientales, derivados del obligado desplazamiento poblacional y las inundaciones que genera.

En Guatemala, una consulta popular logró paralizar este mes la construcción de tres hidroeléctricas, impulsada por el gobierno y firmas locales e italianas y canadienses a un costo estimado de 100 millones de dólares, en la comunidad de Río Hondo, ubicada en una reserva natural al oriente del país.

La Corte Constitucional de Guatemala validó el 4 de abril los resultados del referéndum, por el cual los pobladores rechazaron el proyecto aduciendo que inundaría seis mil hectáreas y perjudicaría económicamente a 20 mil personas.

Tras la resolución judicial, las empresas están obligadas a reformular su proyecto con nuevos

estudios de impacto ambiental y socioeconómico, y someterlo a otra consulta popular.

“El fallo de la Corte devuelve a la ciudadanía la fe en las instituciones y demuestra que aún hay gente decente en este país”, dijo a Tierramérica Magali Rey, directora del grupo ambientalista Madre Selva.

En México, el gobierno del presidente Vicente Fox intenta sin éxito desde hace dos años concretar el proyecto La Parota, una gigantesca represa de 850 millones de dólares en el estado sureño de Guerrero, que desplazaría a unas 25 mil personas, según campesinos pobres de la zona que mantienen bloqueados los accesos a sus comunidades para evitar el avance de la obra.

El no gubernamental Tribunal Latinoamericano del Agua resolvió en marzo que el proyecto mexicano sobre el caudaloso Río Papagayo, "debe suspenderse, ya que no demuestra los beneficios a la población local ni su contribución al desarrollo regional ni a la protección del medio ambiente y los recursos naturales".

El fallo, que no es vinculante, señaló que autoridades mexicanas, en su afán por llevar a cabo la central, han incurrido en actos deliberados dirigidos a dividir a las comunidades campesinas.

Brasil, uno de los países con mayor cantidad de represas en el mundo, alrededor de 600, tampoco está libre de conflictos. Ambientalistas y activistas cuestionan la intención del gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva de poner en operación dos centrales hidroeléctricas en el río Madeira, uno de los principales afluyentes del Amazonas.

Lula afirma que sus planes consideran de forma estricta los problemas ambientales y sociales.

Pero unas cien organizaciones no gubernamentales, aglutinadas en el movimiento Río Madeira Vivo, lo desmienten y prometen dar batalla.

"Creemos que las dos centrales no se van a construir, (pues) no se ha comprobado su viabilidad económica", dijo a Tierramérica Glenn Switkes, director para América Latina de la Red Internacional de Ríos, con sede en California, Estados Unidos.

Además, el embalse de las hidroeléctricas afectará "un área de alta biodiversidad, con 600 especies de peces y más de 700 de aves, y el impacto para los pescadores sería enorme porque los bagres, especie de más valor comercial, migran por cuatro mil kilómetros desde el río Amazonas al Madeira para reproducirse y las represas impedirían ese ciclo", según Switkes.

El proyecto también afectaría a los agricultores que siembran en "planicies temporalmente inundadas, pues las represas reducirían la llegada de los nutrientes a sus tierras", señaló.

Luiz Pereira, secretario ejecutivo del privado Instituto para el Desarrollo Estratégico del Sector Eléctrico, señaló a Tierramérica que las represas son preferibles a fuentes contaminadoras como la termoelectricidad, y advirtió que Brasil está urgido a elevar su oferta energética, pues a partir de 2008 no está garantizada.

Sin embargo, llamó a considerar "en serio" los impactos ambientales, balancear las necesidades energéticas y los efectos negativos de esos proyectos. "Hay que oír a las poblaciones afectadas", dijo Pereira.

Hasta los años 70, la construcción de represas no representó mayores problemas, pero ahora, incluso el Banco Mundial, uno de los principales financistas de la hidroenergía, reconoce que la calidad de vida de la mayoría de los desplazados no mejora con su reubicación. Se calcula que unas cuatro millones de personas al año en el mundo deben dejar sus tierras a causa de las represas.

En América Latina la ola de oposición a las hidroeléctricas no es nueva, pero ahora hay algo más de virulencia en los conflictos y los

potenciales perjudicados advierten, como sucede en el proyecto de la Parota en México, que están dispuestos a morir con tal de evitar que inunden sus tierras y ser desplazados.

En Chile otro millonario proyecto está en entredicho. Varios grupos ambientalistas crearon una coalición para oponerse al plan de construir cuatro centrales en la zona de la Patagonia, impulsado por la transnacional española Endesa y que requerirá una inversión de tres mil millones de dólares.

Las represas se pretenden levantar a partir de 2008 en los ríos Baker, el más caudaloso de Chile, y Pascua, lo que inundaría unas diez mil hectáreas, destruyendo así humedales e impactando el hábitat de especies en peligro de extinción, señalan. En Honduras y El Salvador, un acuerdo anunciado este mes por sus respectivos gobiernos para construir la represa El Tigre, en los afluentes del río Lempa, en una cuenca compartida, prendió ya las alarmas.

El proyecto costará unos 600 millones de dólares, generará mil megavatios y creará unos cuatro mil 500 empleos, según las autoridades. Pero también promete ser una intensa fuente de conflicto social. Indígenas y ambientalistas comenzaron a expresar su rechazo al proyecto, al igual que varios diputados que enarbolan argumentos de soberanía territorial. El plan binacional emergió luego de que esos vecinos centroamericanos demarcaran de forma definitiva su frontera, poniendo así fin a viejas diputas.

"El proyecto debe ser analizado con suma reserva, la información preliminar es muy difusa", comentó a Tierramérica Juan Almendares, director del grupo ecologista Madre Tierra.

"Informes preliminares indican que al menos 82 aldeas serán inundadas y siento que estamos no sólo prestando nuestro territorio, sino cediendo soberanía en un proyecto que no se sabe aún a quién beneficiará más", dijo a Tierramérica Marvin Ponce, diputado por el izquierdista partido de Unificación Democrática. [TOP](#)

Fonte: <http://www.tierramerica.net/2006/0429/articulo.shtml> - 07.11.06

Sri Lanka: la playa no es sinónimo de descanso para las familias que escapan del conflicto

Desde que recomenzaron los enfrentamientos en el norte y el este de Sri Lanka a comienzos de este año, se calcula que unas 200.000 personas han abandonado sus hogares para refugiarse en un lugar seguro. Florian Westphal, del CICR, se sumó a un equipo de socorristas, en una misión a la zona costera.

A primera vista, la playa de la aldea de Ampalavanpokkanai parece alejada de todo tipo de problemas. El mar cristalino, la arena blanca y las palmeras evocan el descanso y la relajación, más que la miseria y las privaciones.

Pero las personas que se amontonan en esta playa de la región de Vanni, en el norte de Sri Lanka, no han venido por placer. Los bombardeos permanentes y los enfrentamientos repetidos durante agosto obligaron a unas 300 familias a dejar sus hogares y a remontar unos 60 kilómetros por la costa, en búsqueda de un lugar seguro.

Prestar asistencia a familias desplazadas como éstas no es una tarea tan simple como podría pensarse. Con una experiencia de 20 años en acciones de socorro, el delegado del CICR José Mejía Gómez sabe que, para ayudar a esas familias de manera eficiente, necesita información detallada y de primera mano sobre su situación.

El CICR siempre realiza sus propias evaluaciones, a fin de asegurarse de que el análisis es objetivo e imparcial. Por lo general, mantiene reuniones con las autoridades locales y otros organismos humanitarios que realizan acciones de socorro.

"La coordinación es fundamental para evitar las duplicaciones", explica José. "Lo que no queremos es que algunas personas desplazadas reciban asistencia de varias organizaciones, mientras que otras no reciben ningún tipo de ayuda."

El campamento del maremoto

Tras consultar a funcionarios del Gobierno presentes en la aldea, el equipo de evaluación del CICR se reúne con un grupo de familias desplazadas que se han refugiado en un campamento inutilizado, construido para las víctimas del maremoto en 2004. Un grupo de hombres, mujeres y niños rápidamente se reúnen bajo la sombra acogedora de un enorme baniano.

Durante las dos décadas pasadas, el desplazamiento terminó por formar parte de la vida de muchas personas que vivían en las zonas de conflicto de Sri Lanka. Esas familias se vieron obligadas a abandonar sus hogares en repetidas ocasiones y conocen el tipo de preguntas que les hace José: ¿Cómo llegaron aquí? ¿Hay otras personas de su aldea que tal vez vengan aquí? ¿Qué pudieron traer de su casa? ¿Tienen suficiente agua y comida? ¿Hay algunas personas enfermas con ustedes?

Si bien no es alarmante, la situación de las personas desplazadas no es en absoluto confortable. La mayoría sólo pudieron traer lo esencial, algo de ropa y unos pocos utensilios. Sólo unas pocas familias pudieron traer los botes y los equipos para pescar, medio de subsistencia de esas comunidades.

Por el momento, algunas de esas personas se han refugiado en carpas o en chozas en el campamento del maremoto, mientras que otras están acampando bajo los árboles esparcidos en la playa. El pozo y el tanque de agua que construyó el CICR para las víctimas del maremoto aún funcionan, pero son pocas las letrinas que pueden utilizarse. Esto podría generar graves problemas, sobre todo si otras familias desplazadas llegan al campamento.

Unos días después de la evaluación, y tras varias conversaciones con las autoridades locales, el CICR distribuyó artículos domésticos de primera necesidad, como sábanas, cocinas a querosén y lámparas.

"La asistencia que podemos darles es útil a corto plazo", dice José. "Pero a largo plazo lo único que realmente puede ayudar a estas personas es que puedan volver a sus casas y comenzar a pescar otra vez..." [TOP](#)

Fonte: <http://www.icrc.org/web/spa/sitespa0.nsf/htmlall/sri-lanka-stories-270906?opendocument> – 18.10.

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI nell'attualità:

- Marzo 2007 – Questioni Internazionali: violenza / carceri / criminalità / sfruttamento
- Giugno 2007 – Economia e migrazioni: lavoro / brain drains
- Settembre 2007 – Cultura: xenofobia / discriminazioni

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Março 2007 – Questões Internacionais: violência / presos / crime / exploração
- Junho 2007 – Economia e migrações: trabalho / fuga de cérebros
- Setembro 2007 – Cultura: xenofobia / discriminações

Next up dates our Migration Review:

- March 2007 – International Subjects: violence / prisoner / crime / exploitation
- June 2007 – Economy and migrations: work / brain drains
- September 2007 – Culture: xenophobia / discriminations

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Marzo 2007 – Cuestiones Internacionales: violencia / presos / crimen / explotación
- Junio 2007 – Economía y Migraciones: trabajo / fuga de cerebros
- Septiembre 2007 – Cultura: xenofobia / discriminaciones

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. A CAMPANHA DA FRATERNIDADE /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. **ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL SEM TRABALHO ... POR QUÊ ?**
34. **SEM TRABALHO ... POR QUÊ ?**
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO FRENTE O NOVO MILÊNIO
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. **MIGRANTES e Conflitos armados**
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A Mercantilização do Ser Humano
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. **MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.**
60. **XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?**
61. **RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes**
62. **MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas**
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as